



**INSTITUTO
FEDERAL**

Baiano

Campus

Serrinha

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – *CAMPUS*
SERRINHA**

ELISABETH DOS SANTOS TEIXEIRA

**O ASSOCIATIVISMO NO TRABALHO (SOCIAL) DAS MULHERES
QUILOMBOLAS NO ESTADO DA BAHIA: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

SERRINHA – BA

2022

ELISABETH DOS SANTOS TEIXEIRA

**O ASSOCIATIVISMO NO TRABALHO (SOCIAL) DAS MULHERES
QUILOMBOLAS NO ESTADO DA BAHIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Serrinha*, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador (a): Prof. Dr. Davi Silva da Costa

SERRINHA – BA

2022

Teixeira, Elisabeth dos Santos

T266a O associativismo no trabalho (social) das mulheres quilombolas no estado da Bahia: uma pesquisa bibliográfica/ Elisabeth dos Santos Teixeira: Serrinha, Ba, 2022.

61 p.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha.

Orientador: Prof. Dr. Davi Silva da Costa.

1. Associativismo. 2. Quilombo. 3. Mulheres. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. II. Costa, Davi Silva da (Orient.). III. Título.

CDU: 334

ELISABETH DOS SANTOS TEIXEIRA

**O ASSOCIATIVISMO NO TRABALHO (SOCIAL) DAS MULHERES
QUILOMBOLAS: NO ESTADO DA BAHIA UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus*Serrinha como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM 15/06/2022 conforme Ata de Defesa nº 04/2022 - CAT-CCPROFEPT/CAT-DDE/CAT-DG/RET/IFBAIANO assinada.

BANCA EXAMINADORA

Davi Silva da Costa

Orientador

IF Baiano - *Campus* Catu

Heron Ferreira de Souza

IF Baiano - *Campus* Serrinha

Gleice de Oliveira Miranda

IF Baiano - *Campus* Xique-Xique

SERRINHA - BA

2022

Aos meus pais (*In memoriam*) exemplo de vida, inspiração e dedicação para minha formação como ser humano.

Aos meus filhos: Felipe Alexandre, Joan Wabiny, Jean Filho e ao meu neto Luiz Fernando, meus amores.

A todas as mulheres Quilombolas que vestem a camisa da luta pelo os seus espaços e direitos.

À Comunidade Quilombola de Vila Nova por ter sido elemento fundamental e de contribuição para o desenvolvimento deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir percorrer toda essa trajetória e chegar aonde nunca passou pela minha cabeça concluir o nível superior. Agradeço aos amores da minha vida, minha família, meu tudo. Aos meus pais Humberto Teixeira de Souza e Maria José dos Santos Souza (*in memoriam*), por sempre me ensinarem que ajudar e compartilhar com as pessoas tudo aquilo que aprendi de bom, esse legado eles deixaram e agradeço muito, e onde tiverem aceitem a “minha benção!”

Agradeço aos meus 3 filhos Felipe Alexandre, Joan Wabiny e Jean Filho, por me mostrarem que a luta é diária e que por eles eu sou capaz de girar o mundo.

Aos meus 15 irmãos por sempre me incentivarem a chegar aonde cheguei, como sou a caçula eles acham que ainda não cresci e mudam a voz quando falam comigo (rio enquanto escrevo) e por se tornarem meu porto seguro. Aos meus 51 sobrinhos que estão sempre me incentivando que eu continue a estudar.

Agradeço aos meus colegas da 1ª turma do curso Gestão de Cooperativas IF Baiano *Campus* Serrinha, por estarem sempre se ajudando com palavras de incentivo para concluirmos o curso.

Aos meus amigos e professores Davi Silva da Costa e Heron Ferreira Souza, agradeço a paciência oportunidade e respeito a minha identidade negra, e me incentivarem a me autoafirmar aonde chegar como mulher negra quilombola, do Quilombo Curral de Fora, em ÁguaFria, estado da Bahia, mãe solo, filha de agricultor e professora leiga. Na verdade? Sou da roça com muito orgulho! As professoras do curso Gestão de Cooperativas Márcia Eliana, Suelen Nascimento e Tatiana Cumim, vocês são top 5, um beijo no coração.

Aos mestres com carinho: Carla Teresa, Dora, Douglas, Erasto, Etiene, Geusa, Ginalva, Gleicinha, Hernandes, Karoline Almeida, Josevan Reis, Márcio Rodrigues, Mário José, Merylande Silva, Moisés Leal, Prof Luizinho, Péricles Brito, Toni Souza, Ton Jovita e Wagner, agradeço a confiança e oportunidade de conhecê-los e respeitar a minha história de vida, um beijo no coração de todos!

Aos meus intérpretes de língua de sinais: Cristiane Vitória, José Alexandre, Joice Araújo, Luciana Barros, vocês me motivam cada vez que vejo ajudando alguém nesse mundo tão difícil.

Ao LAPPRUDES que foi onde aprendi que temos que ser curiosos, pois até o homem da idade da pedra foi curioso, pois na curiosidade ele descobriu o fogo!

Ao grupo de pesquisa JURÚS que é uma fonte de inspiração onde tem pessoas que são seres de luz!

À Comunidade Quilombola de Vila Nova que me acolheu e me deu oportunidade de conhecer a minha verdadeira história. Às pessoas dessa comunidade e a quem fazem parte da Associação Quilombola Vilas Unidas Arylma Souza, Maria Borges, Maria Tomaz, Jociane Dantas, Dulcilma Dantas, Joana Souza e Wagner Souza.

Às minhas amigas/os, irmãos/os que me socorrem quando o nó aperta: Aline Leal, Aristanan Pinto, Ana Maria Anunciação, Daciene Lima, Dione Costa, Iraildes Alves, Maria Clara, Miguel Camay, Valdineia Lima, vocês sabem que podem contar comigo pra tudo. Rsrtrs!!!

Também gostaria de agradecer aos servidores e ao corpo docente do curso Gestão de Cooperativas do IF BAIANO Campus / Serrinha na pessoa do Diretor Geral Leandro Damasceno.

Gratidão a todos que sempre me incentivaram e me deram forças para concluir com sucesso esse ciclo da minha vida.

Gratidão!!!!!!

“Mulheres que sonham, sambam, vibram, buscam, querem liberdade, empoderamento, autonomia, justiça social, respeito, democracia e o tão almejado direito à igualdade”. (Valéria Porto- Quilombo Pau D’arco e Parateca.)

TEIXEIRA, Elisabeth dos Santos. **O Associativismo no trabalho (Social) das mulheres quilombolas**. 61f 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2022.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado como: “O associativismo no trabalho (social) das mulheres quilombolas”, objetivou conhecer a história da sororidade entre essas mulheres bem como, compreender suas práticas, solidariedade e experiências associativas nos seus quilombos. E tendo como objetivo: interpretar de que forma se dá a participação das mulheres nas associações de Comunidade Quilombolas da Bahia; indentificar as atividades realizadas pelas as mulheres quilomolas; destacar a representatividade e a importância das mulheres quilombolas no Estado da Bahia. Em termos metodológicos, o estudo trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica onde utilizei como recorte as mulheres quilombolas no Estado da Bahia, e usei como exemplo o meu quilombo e as leituras coerente ao tema para facilitar o meu entendimento. É o resultado da pesquisa revela que a história dos quilombos carrega fortes marcas de valores como a solidariedade, autogestão, cooperação e ajuda mútua. Outro aspecto importante é que podemos perceber que as mulheres sempre estão juntas e cresce entre elas a coletividade e o associativismo. E com o passar do tempo os quilombos sempre contaram com os trabalhos dessas mulheres que conseguiram potencializar seus direitos através dos seus esforços trazendo para os seus quilombos o desenvolvimento local e indenitário. Por fim, outro aspecto que ficou evidente foi o trabalho coletivo, sendo assim, considero que a história do associativismo revela a luta de um povo aguerrido, que foi empoderado a partir dos processos de participação social.

Palavras-Chave: Associativismo; Quilombo; Mulheres.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
1.1.	Contextualizando o tema.....	26
1.2.	Questão de pesquisa e objetivos.....	29
1.3.	O percurso metodológico.....	30
2.	QUILOMBO NO BRASIL E NA BAHIA A PARTIR DE UMA REVISÃO SOBRE OS ATOS HISTÓRICOS DO AQUILOMBAR-SE.....	32
3.	QUESTÕES DE GÊNERO E ASSOCIATIVISMO NOS QUILOMBOS ENTRE OS ACHADOS E MINHAS VIVÊNCIAS.....	41
3.1	O associativismo como espaço de luta e reconhecimento do papel da mulher quilombola.....	44
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	60

1. INTRODUÇÃO

Meu nome é Elisabeth dos Santos Teixeira, me chamam de Beth, nasci no dia 01 de junho de 1977 às 00:01 horas, na Fazenda Curral de Fora no município de Água Fria/BA, ou seja, quase fui de maio. Minha mãe falava que no meu nascimento ela contou com a ajuda de uma parteira (Maria Joaquina) e minha avó materna (Joana Paula). Meus pais são, Humberto Teixeira de Sousa e Maria José dos Santos Sousa. Meu pai agricultor, e minha mãe agricultora, Dona de Casa e professora leiga. Somos em 15 irmãos, 8 mulheres e 7 homens, sendo que 9 são irmãos de sangue e 6 meios irmãos filhos só do meu pai. Meus avós paternos João Teixeira de Sousa e Antônia Cardoso de Nicássia e materno José Felix dos Reis e Joana Paula dos Santos, todos(as) agricultores(as) e moradores da Fazenda Curral de Fora, hoje reconhecida como Comunidade Quilombola Curral de Fora, certificada pela fundação Palmares no ano de 2013.

Essa comunidade fica a 32 km da sede municipal de Água-Fria. Meu pai era um agricultor que trabalhava para manter sua família e ajudava também outras famílias dando terra a meia (o dono da propriedade arava a terra, dava a semente para outro agricultor plantar), contratando forneiro para torrar a farinha na Semana da Farinhada, pagando a diária (pagando pelo dia trabalhado). Ele também destocava os pastos, plantava e colhia os cereais, criava vários animais, aves, suínos, ovinos, equinos e bovinos. Minha mãe era dona de casa e quando podia sempre ia ajudar plantar ou raspar mandioca na casa de farinha, e antes de sair para dar aulas, deixava seus afazeres domésticos prontos, para quando fosse a hora do almoço já estar tudo feito. Como professora leiga, ela também ajudava outras famílias escrevendo e lendo cartas, decorava casas em épocas de festejos, no mês de setembro, tempos que celebravam os santos gêmeos São Cosme e São Damião, e no mês de junho, nas festas juninas.

Apesar de meus pais terem certa condição financeira, morávamos um pouco distante de tudo. Nossa casa era muito simples, feita de adobe (terra misturada com selão- terra vermelha), não tinha energia elétrica (a luz era a base de candeeiro), o acesso a água era difícil, onde pegávamos uma ou duas vezes no dia numa fonte longínqua, chamada fonte do jacaré, nas terras do finado “Virgínio”, como era chamado. Hoje não existe mais a fonte, que secou depois que a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) furou um poço na veia d’água. Essa era a rotina de minha mãe, irmãs e todas nós mulheres, levantar-se cedo antes das crianças acordarem para dar duas viagens na fonte, o que era bem cansativo. O fogão era à lenha, e assim, tínhamos sempre que nos deslocar para ir em busca de madeira (lenha) embora fosse nas terras da nossa família mesmo, era um pouco distante. Mas minha mãe dava conta dos afazeres do lar e de ensinar nos dois turnos (tarde e noite). Durante a tarde ela ensinava

crianças e adolescentes (a classe era multisseriada) e a noite ensinava as pessoas mais velhas, em um programa de alfabetização de jovens e adultos, conhecido como MOBREAL¹¹.

Mamãe estudou até o 4º ano do ensino fundamental, o antigo primário, e meu pai até o 2º ano primário também, mas eles se preocupavam com os moradores daquela comunidade porque tinha muita gente que não sabia ler e escrever. A maioria das crianças e jovens eram seus afilhados. E antes de se casarem, meu pai fez o convite a minha mãe para ela ensinar os afilhados dele e disse que ele pagaria por isso. Ela aceitou e então ele arrumou o local, conversou com os pais das crianças/jovens e a partir daquela data as crianças, jovens e adultos, não precisaram ir estudar numa escola tão distante.

Assim, começou a labuta da minha mãe com a escola. Meu pai tinha uma quantidade de terra razoável e para cultivá-la tinha que ter ajuda de outros trabalhadores. Nessa época, plantávamos muita mandioca, milho, feijão e outras variedades de lavouras, uma cultura antiga do nosso povo. No inverno, eu me lembro desde pequena ajudando meus pais, quando iam arrancar a mandioca, quebrar o milho, plantar e arrancar o feijão. Nessas atividades, as famílias costumavam se organizar e se juntavam para se dar o chamado *digitório* (digitório é uma maneira das famílias se juntarem e se ajudarem para plantar e colher os cereais e raízes), o trabalho enquanto princípio educativo, dos homens e mulheres do campo.

A base da alimentação era sempre natural. Com a mandioca, conhecida como maniva, fazíamos: o beiju, a puba, a farinha, a fécula (goma), cuscuz de tapioca, bolachinha e mingau, alimentos que faziam parte da nossa alimentação diária. O milho era outro alimento que fortalece a cultura de reunir as pessoas para a quebra, despalha e bater na vara (a quebra do milho se dá quando ele está seco, a despalha é um processo de secagem natural para os grãos ficarem mais firmes, batendo a vara processo de debulha natural). Com ele fazíamos cuscuz, mingau, bolo, pipoca, fufu, canjica, mungunzá, milho cozido, milho assado, pamonha, licor, suco e outras gostosuras. Para os animais, usávamos o milho inteiro, quebrado e o farelo. O feijão que não pode faltar na mesa, quando tinha uma boa safra, era vendido no mercado, casas de cereais e feira livres. Costumávamos plantar abóbora, batata doce, feijão de corda, melancia. Tínhamos o hábito de fazer trocas: quem tinha abóbora, trocava com quem tinha melancia. As trocas favoreciam que todos sentissem o sabor das frutas e dos legumes que tinha naquela ocasião.

¹¹ Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar. (Fonte: EducaBrasil, s/d.)

Minha mãe pensava em tudo, principalmente nas dificuldades das mulheres para ter seus filhos e como seriam vacinados. Para as adolescentes ela explicava sobre todas as coisas na escola, do jeitinho dela. Ela sempre procurou explicar principalmente sobre orientação sexual, de acordo a faixa etária, falava sobre gravidez na adolescência e os abusos sofridos por crianças e adolescentes, mas, o que ela mais gostava mesmo era ensinar às pessoas de mais idade a aprenderem a ler e escrever seus nomes, uma vocação muito linda!

Quando as mulheres iam dar à luz, elas convidavam as comadres e colegas para que fizessem companhia na hora do parto, além de auxiliar nos afazeres da casa e ajudar no período do resguardo. Como na época não tinha água encanada, luz elétrica e nem fogão a gás, e por perto não havia hospital, as mulheres que precisavam de algum atendimento tinham que se deslocar para longe. Assim, ir ao hospital era um caso extremo, como por exemplo, se a parteira não conseguisse ver se a criança estava encaixada ou quando a mulher não dilatava adequadamente. Por isso, as mulheres: mãe, comadres e parteiras se juntavam para servir aquelas mulheres, que no momento estava precisando de ajuda com um balde de água, um fecho de lenha, cuidar da casa, das crianças. Sempre tinham mulheres dispostas a ajudar.

Eu era pequena, mas já atenta a tudo, percebia a solidariedade entre as mulheres da minha Comunidade dia e noite e até nas madrugadas. Às vezes eu perguntava para mamãe: “Por que não ia mais a casa daquela mulher?” E minha mãe respondia: “Agora é a vez dela se virar e ajudar outra quando precisar”! Essa é a minha base educacional. Tudo que sou foi herdado dessas duas pessoas especiais: meu pai e minha mãe. Como professora leiga, ela sempre estava fazendo formação, participando de cursos para se manter informada. Ela viajava sempre para a sede da cidade onde aconteciam os cursos e ela sempre procurava agradar os(as) alunos(as) fazendo dinâmicas, banho de rio, casamento na roça em junho, queima de Judas no Sábado de Aleluia, Sete de Setembro, amigo secreto no final do ano, cantava músicas como: minha gatinha parda, pai Francisco entrou na roda, além de outras brincadeiras de chão e de roda.

Hoje eu penso: “Como ela dava conta de fazer tudo aquilo?” Mas ela escolheu a profissão mais linda que existe, a de ser “professora”. Era amor e cuidado que ela tinha para com o próximo. Desde muito pequena eu já ia à escola porque minhas irmãs também estudavam. Nossa mãe também era a nossa professora, e apesar de poucos recursos que tínhamos mamãe nunca nos proibiu de pegar seus livros, escrever nos seus cadernos e nem de aprender a costurar em sua máquina de costura. Ela dizia que não tinha tempo de ensinar, mas que a gente podia treinar a costurar para aprender e com isso todos os filhos aprenderam a costurar (risos). Fui crescendo e aprendendo a escrever e a costurar. Eu amava quando mamãe

dizia que ia a Pataíba, “Pataíba é um dos distrito do municipio de Água-Fria”. Era meu sonho morar em Pataíba porque lá tinha luz elétrica, as casas eram coladinhas, as amigas eram diferentes, os hábitos eram diferentes. Eu queria experimentar outras vivências, como poder dormir mais tarde, porque na zona rural dormíamos muito cedo. Como se diz até hoje: “dormia com as galinhas”.

Minha mãe resolveu parar de ensinar em meados dos anos 80. Dizia que já tinha muitos anos ensinando e que era para o prefeito colocar outra pessoa no lugar dela, pois ela queria se aposentar, e resolveu então ir embora para Pataíba. Assim, indo morar em outro lugar tinha um motivo para deixar de dar aula, pois estava morando longe. Com isso, ficamos morando na roça (Curral de Fora) e em Pataíba. Quando mamãe decidiu ir morar em outro lugar meu pai disse que não iria, mas por ironia do destino meu pai adoeceu e tivemos que vir morar em Pataíba de vez, para facilitar o acesso para ir ao médico. Então, apesar de estar realizando meu sonho de morar em Pataíba, não estava sendo legal porque meu pai estava muito mal de saúde.

Nossa chegada em Pataíba foi justamente durante o período da matrícula escolar. Para mim, era tudo muito lindo, pois estava acontecendo tudo que eu queria. Tinha que tirar fotos 3x4, cópias dos documentos, comprar farda, sapato, caderno, enfim, estava com meus materiais escolares novos e com tudo pronto. Eu me sentia tão feliz, realmente eu estava vivendo um sonho. Pronto! Chegou o grande dia de ir à escola! Lembro-me bem que acordei bem cedinho para tomar banho e vestir a farda nova antes de ir para a escola, minha mãe fez uma oração comigo. Não me lembro mais de todas as palavras direito, mas sei que pedia ao Espírito Santo que me iluminasse, que eu fosse uma estudante obediente. (Minha mãe, meu amor)! Daí foi que eu conheci a minha verdadeira história, marcada pelo racismo na própria escola. Nós, do Curral de Fora, sofremos o preconceito por sermos de uma comunidade negra. Chamavam-nos de doidos, bagunceiros, e a frase principal era: “negros do curral de fora”. Sim, somos negros, mas o recorte racial e do lugar de origem nos atrelava a um lugar inferior. No início eu não entendia por que meus colegas me chamavam assim. Às vezes eu tinha vontade de partir para a violência (risos). Então, naquela sala de aula multisseriada, as atividades eram adequadas ao nível de aprendizagem da turma. No entanto, tomando por base os alunos da cidade, eu já conhecia as letras, mas ainda não estava alfabetizada. Porém, eu ainda não sabia ler e na turma onde me colocaram, todas as crianças já conheciam as letras, já sabiam ler e escrever porque começaram a estudar desde os 3 anos de idade com a mesma professora.

Então eu era a “patinha feia” na sala, me sentia perdida e precisava de ajuda. Minha

mãe me ajudava com as tarefas escolares, sempre cuidando da minha roupa para não ir suja à escola, cuidava dos meus materiais para não sujar de café, óleo e essas coisas que criança faz. Eu só tinha sete anos de idade, mas me lembro que a professora só conversava comigo o mínimo possível. Fazia de conta que eu não estava na sala, tirava as dúvidas de todos os meus colegas e quando chegava a minha vez, ela sempre tinha alguma coisa para fazer ou falar ou iadar atenção a outro colega. Me tratava mal, com cara de desdém. Diante daquilo, eu tinha que me virar só, sempre copiando e olhando as atividades dos outros, tudo isso para não ficar sem recreio.

Em casa eu tinha minha mãe para me ajudar, mas na sala eu era só. Eu ficava me perguntando: “Por que ela brincava com meus colegas e comigo não?” A minha sorte era que tinha uma coleguinha que era minha vizinha. Ela era a rica da escola e da cidade e essa colega observava o jeito que a professora me tratava e uma vez ela perguntou: “Professora, porque toda vez que Elisabeth lhe chama a senhora não dá atenção?” Nem me lembro o que ela respondeu, só sei que gostei da pergunta da colega (risos). Com isso, criei um medo de tudo que fazia, me sentia insegura, achava que tudo estava errado porque quando eu me aproximava dela, logo me mandava eu ir sentar e nunca me dizia se estava certo. Apenas desmanchava e mandava fazer novamente. Foi terrível!

Lembro-me com tristeza, tenho um trauma até hoje, de certo dia quando chegou à escola uma revista chamada ESCOLA. Nessa tal revista vinha sempre alguma postagem engraçada e nessa edição veio uma parte em duas páginas, mostrando como surgiu a raça humana. A figura trazia três bonecos e um forno: o primeiro boneco era branco, o segundo boneco era cor de canela e o terceiro boneco era preto. Então, a professora resolveu mostrar para a turma e contar a história que estava escrita na revista. Então ela começou: “Olha que engraçado o que Deus fez: primeiro ele fez o boneco, colocou no forno e tirou cru. Saiu branco parecendo você, Alcione!” Alcione era a estudante branca de cabelo liso, a rica da cidade. Ela continuou: “O segundo boneco ele colocou no forno e tirou na medida certa ficou da cor de canela, saiu parecendo comigo e o último (boneco) Deus esqueceu no forno, queimou e saiu preto como você, Elisabeth!” Fiquei envergonhada, não por ser negra, mas pela forma estereotipada como ela me relacionou. A turma toda riu. Foi um dos piores dias na escola. Eu quis sumir daquele lugar. Fiquei com tanta vergonha que se eu pudesse não voltava mais lá e só voltei porque falava com minha mãe e ela não acreditava em mim! E vejo que muitas das vezes as crianças não são ouvidas. No distrito de Pataíba existiam dois prédios escolares a escola Eraldo Tinoco e a escola Costa e Silva, eu estudava na escola Eraldo Tinoco, onde sofria tudo isso que já falei, e

um certo dia uma colega que estudava na escola Costa e Silva perfurou com a ponta de um lápis o rosto de uma outra colega então os pais da menina que foi machucada pediu para a filha ser trocada de turma e eu fui a bolinha da vez me mandaram para o lugar dela e ela veio para a turma que eu estudava.

Quando cheguei nessa nova turma ainda perdida, no entanto, a recepção foi calorosa, com lágrimas de emoção sobre o meu rosto. Lembro-me como agora! A professora Vera me apresentou a turma e mandou que eu me sentasse. Então, ela começou a escrever no quadro e pediu para que eu abrisse o meu caderno para fazermos um ditado de palavras e foi ditando as palavras pausadamente e eu atenta com medo mais conseguir fazer, enquanto ela dizia eu ia escrevendo no meu caderno. Fiz algumas palavras certas, outras erradas, mas ela tinha carisma, corrigia-me com doçura me mostrando onde estava o erro e me ensinando a forma correta. Sentava-se perto de mim e falava: “Olha, Elisabeth, você precisa fazer cópia para você aprender a ler”! Fazer cópia naquela época era ler os textos que vinha nos livros didáticos e transcrever para o caderno com isso fui melhorando, e consegui passar de ano, e quando ela me falou que não seria mais a professora do próximo ano fiquei desesperada, pensando que nunca mais ia encontrar novamente aquela professora que me tratava tão bem. O tempo passou, e no ano seguinte eu fui estudar em outra turma com outra professora, com o coração na mão, mas tive sorte porque encontrei outra professora maravilhosa (Marylande, amo demais ela, sabe disso). Anova professora me pediu para ler um texto pequeno e eu consegui. Ela fez uma festa e me disse: “Parabéns, Elisabeth! Você já aprendeu a ler!” Eu nem tinha percebido que já sabia ler!

Mais adiante no ano de 1987, fui acordada na madrugada do dia 31 de julho por minha mãe para atender um chamado do meu pai, quando cheguei perto dele, mamãe disse: Dê a bênção pra ele! E assim, eu fiz, ele não mais me respondeu, fiquei muito assustada então eu perguntei a minha mãe por que ele está assim? Ela me disse baixinho “ele está morrendo” fique aqui, que eu vou chamar os vizinhos! E eu fiquei ali vendo aquela cena, ele lutando para respirar sem conseguir nunca vou esquecer e nem sai da minha mente daquela cena triste, meu pai faleceu, e eu que achava que ele não morreria nunca! Minha mãe cuidava muito bem do meu pai, dava banho, comida, remédios, levava ao médico, mas não teve jeito, são coisas da vida. Foi um tempo difícil. Minha família é maravilhosa, mas nessa época meus irmãos não ajudaram em nada. Parecia que estava tudo normal. Eu via minha mãe sofrendo e emagrecendo, chegando ao ponto de ela vestir três peças de roupas juntas para sustentar no corpo aquela peça que ela queria vestir e em meio a todo esse sofrimento, alguns dos meus irmãos venderam terra, utensílios da casa de farinha tudo que estava ao alcance, diziam que não queriam nada de

herança porque só servia para dar confusão, e para piorar as coisas dois dos meus irmãos levaram os filhos para mamãe criar (lágrimas). Choro ao lembrar porque eles não tiveram responsabilidade nenhuma com mamãe e tampouco com as crianças inocentes que eram filhos deles.

Recordo-me que naquela ocasião, passamos fome, faltou feijão, farinha, arroz e carne, nem sabíamos mais o que era. Só sentia o cheiro das comidas nas casas dos outros (risos). Mamãe sempre tinha algumas plantas no quintal como: mamão, quiabo, tomate. Eu comia tanto mamão cozido que hoje nem quero ver... (risos). Tudo isso aconteceu porque o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cortou o benefício que papai recebia e o salário dela da prefeitura como professora malmente dava para pagar a energia, não dava para comprar quase nada.

Nesse período eu morria de vergonha das minhas colegas descobrirem que eu passava fome, porque lá onde morava tinha uma família que todo mundo sabia que passava fome e era o comentário da cidade. Nessa época eu tomava conta de meus sobrinhos porque mamãe precisava sair para trabalhar para botar comida em casa. Ela ia para a roça dos outros limpar feijão, plantar mandioca e nessas idas para a roça dos outros ainda aproveitava para arrancar pindobas, para fazer esteiras e chapéu de palha do ariri. Ela comentava assim: “os fazendeiros estão arrancando os pés de ariri tudo para fazerem pastos, meu Deus! Como é que os pobres vão viver? Mamãe trabalhava na roça, mas não era todos os dias. Só quando aparecia trabalho. Quando ela estava em casa me deixava ir a casa de uma colega. Lá, tinha duas crianças e eu lavava as roupas do bebê, limpava a casa dela e já ficava até meio dia para almoçar. Eu pensava que eu podia sair e me virar, mas e os pobres dos meus sobrinhos? A nossa sorte era que tinha um pé de tamarindo e sempre tinha frutos verdes e aproveitava e comia com sal. Esse fruto nunca deixou de estar lá pronto para matar a nossa fome. Tudo isso foi melhorando quando mamãe conseguiu o benefício como pensionista. Ela era aquela libriana calma, alegre, que suportava tudo aquilo dizendo: “vamos ter fé em Deus, isso vai passar”. Mas era muito sofrimento.

Morando a pouco tempo em Patafba ainda não tinha me familiarizado com sua rotina nem sabia que tinha tantas coisas que eu podia participar, lá tem igrejas católica e evangélica e uma vizinha me levava para a igreja que ela frequentava e queria que eu também fosse evangélica, mas eu não gostava. Eram muitos gritos nessa igreja e eu gostava da igreja católica. Um dia, passaram as meninas do grupo de jovem matriculando as crianças para a catequese e minha mãe me matriculou. A aula era nos dias de sábado à tarde. Lembro-me que as missas

eram a cada 30 dias, mas tinha sempre seminarista e freiras que dava formação às catequistas. Minha turma da catequese era formada por 25 adolescentes e estudamos por dois anos e meio para poder fazer a primeira comunhão. Foi um dia inesquecível! Com isso, fui participando das reuniões com as freiras, os seminaristas que iam até Pataíba dar suporte nas formações ensinando como participar nas celebrações aos domingos, como se comportar na igreja e fui descobrindo as coisas boas como, visitando as famílias, fazendo campanha para ajudar às pessoas carente, fazendo curso para fazer parte da liturgia, etc. Nesse processo eu continuei estudando na escola e na catequese. As séries mais difíceis foram a 3^a. e 7^a séries e a matemática sempre foi meu “calcanhar de Aquiles”, mas consegui passar e concluir o ensino fundamental. Engravidei aos 16 anos e fui mãe solteira na adolescência. Não procurei o médico, enjoiei do pai do meu filho e com isso se passaram os nove meses sem acompanhamento médico. Passei mal, minha pressão arterial ficou muito alta e tive eclampsia². Fiquei 3 dias em coma e minha irmã teve que assinar um termo de responsabilidade, onde perguntava a quem salvava: a mãe ou o filho? Mas não era o nosso dia de partir e conseguimos sobreviver a tudo aquilo que as pessoas já esperava, a minha morte com certeza. Nessa época, eu tive que desistir dos estudos para cuidar do meu filho. Só voltei a estudar quando ele começou a estudar também para não ocupar ninguém. Quando meu filho mais velho completou 5 anos de idade descobrimos que ele tinha um câncer, um tumor no pescoço, conhecido como linfoma de Hodgkin³. Todo o tratamento foi feito pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Hospital Santa Isabel, em Salvador, capital do estado da Bahia. Foi uma luta, e eu que só ia a Salvador nas férias, tive que descobrir tudo na marra. Foi luta, mas vencemos. Porém, no meio do tratamento de quimioterapia do meu filho mais velho, engravidei do meu segundo filho e com o histórico de eclampsia, todo cuidado era pouco. Mas dessa vez foi diferente porque eu me cuidei, mesmo assim, foi uma gravidez de alto risco e com 8 meses meu filho nasceu prematuro porque eu estava perdendo líquido amniótico, foi um parto às pressas para salvar novamente a minha vida e a da criança.

Em 2001 fui convidada pela Secretaria da Educação do município de Água Fria - BA para trabalhar no Programa de Alfabetização Solidária Educação de Jovens e Adultos - EJA. Foi o meu primeiro emprego e uma experiência inexplicável porque eu achava que nunca ia acontecer de trabalhar sem ser como empregada doméstica. Quando recebi o convite comecei

² A eclampsia é uma complicação grave na gravidez e é caracterizada por episódios repetidos de convulsões, seguido de coma e que pode ser fatal se não for tratada imediatamente

³ Doença de Hodgkin é um tipo de câncer que se origina no sistema linfático ou gânglios tecidos que produzem as células responsáveis pela imunidade e vasos que conduzem estas células através do corpo.

logo a me articular e pensar como ia fazer e no final deu tudo certo. As formações para dar aula no projeto aconteciam no sul do país, em Santa Catarina na cidade de Joaçaba.

Conheci o estado de Santa Catarina que era um dos meus sonhos e para completar era época de carnaval. Teve uma escola de samba, a “Vale Samba”, que convidou a turma para desfilar, sendo outro sonho se concretizando. Eu não acreditava que estivesse acontecendo comigo e com isso veio a experiência de estar em sala de aula com pessoas com idades diferentes. Foi uma coisa boa porque eu conseguia fazer com que a turma toda participasse da aula. Eles interagiam, perguntavam e brincavam. Foi muito bom! Os estudantes eram agricultores que plantavam, colhiam e levavam para mim castanhas assadas, frutas, feijões etc. O tempo passou, um ano, e foram surgindo outros trabalhos de contrato, porém nada fixo.

Em 2003, tive o meu terceiro filho a partir de outra gravidez de altíssimo risco. Na primeira teve convulsões e pressão alta; na segunda, a criança nasceu prematura. Então, todo cuidado era pouco. Nessa gravidez coloquei toda a atenção voltada para ela, onde fazia o pré-natal a cada 15 dias, realizava exames com regularidade e fazia uso de medicamentos tudo na hora certa. Graças a Deus ocorreu tudo bem!

Diante disso tudo, somente vin a concluir o ensino médio no ano de 2006. Confesso que não foi fácil concluir o ensino médio, e quem me motivava para terminar era uma colega que morava tão longe e estava todos os dias ali fiel nas aulas e nas atividades que os professores passavam, ela morava em um município, trabalhava em outro município e quando chegava do trabalho em casa tinha que escolher: comer ou tomar banho para ir estudar? E eu morava tão perto da escola e ainda tinha preguiça de ir estudar, então procurei ver o exemplo dela e consegui terminar de fazer o ensino médio. E ela com toda paciência chegava na escola e participava da aula, dava conta das atividades e chegava em casa por volta de 00:30h. E ainda tinha o transporte que quase sempre quebrava no caminho. Então, quando eu pensava em desistir de estudar, lembrava dos esforços dela. Ela falava para mim que nada era fácil e que queria dar uma vida melhor para os seus filhos. Foi o exemplo dela que me deu forças para continuar a lutar por mim e por meus filhos.

Fui trabalhar na Delegacia dos Trabalhadores Rurais do município de Água Fria/BA. Essa delegacia funciona no distrito de Pataíba. Foi uma experiência muito boa, sempre com um pé no rural, nas minhas origens. Trabalhei por uns 6 meses e foi lá que eu aprendi o valor da terra de ser agricultora lá eu descobrir que as mulheres lutavam por seus direitos seus documentos eram todos atualizados principalmente os da terra que trabalhavam, com seus documentos em dias as agricultoras conseguiam o salário maternidade, conseguiam se

aposentar, fazer empréstimos para consertar as cercas, criar galinhas, porcos e melhorar de vida.

Eu sempre estava envolvida com as coisas da igreja, mas nunca assumi o compromisso de falar, discutir e lutar pelas políticas públicas como vemos nas pastorais de base mais popular. E foi a partir de um encontro da pastoral da juventude que eu fui ajudar a cozinhar que conheci algumas pessoas que já participava desses movimentos e em contato com elas participei das aulas na Universidade na Comunidade UNICOM, um pré-vestibular que acontecia no distrito de Pataiba. Eu ia participar das aulas porque meus amigos ficavam me chamando a atenção me encorajando falava que eu iria conseguir, mas eu não acreditava não tinha esperança de passar em um vestibular que não sabia interpretar, não sabia fazer redação não era inteligente o suficiente para cursar uma faculdade fazer um curso superior por isso nunca fiz uma prova de vestibular.

Lembro-me bem que era tudo muito difícil para liberar uma sala de aula vazia num sábado, era preciso brigar, confrontar o prefeito e com o diretor da escola. Tantos jovens querendo entrar na faculdade e eles por politicagem partidária faziam um monte de maldades. A nossa sorte é que enfrentávamos reivindicando os nossos direitos porque se não desestimulava todos os jovens que queriam entrar na faculdade. Quem passava no vestibular, no ano seguinte ia ajudar nas aulas, dando aula na disciplina que estava estudando. Exemplo se cursava matemática, eu dava aula de matemática, com isso o UNICOM ajudou muitos jovens a ter um ensino superior, hoje. Outra coisa que não vou esquecer nunca foi quando um aluno da zona rural passava no vestibular e o coordenador do UNICOM pegava o resultado no Diário Oficial e ia levar na casa do aluno para parabenizá-lo. Era muito emocionante nessa hora ele já explicava os procedimentos para a matrícula. Nesse tempo eu fazia parte do grupo e tive os primeiros contatos com o movimento estudantil da Universidade do Estado da Bahia UNEB de Serrinha. Onde me levou a conhecer várias pessoas inclusive pessoas ligadas à Secretária de Educação da Bahia. Com isso, estava aberta as vagas para completar a área de emprego no colégio no estadual que fica no distrito de Pataiba, mandei o meu currículo e fui chamada para prestar serviço no ano de 2008, trabalhei no Colégio Estadual João Durval Carneiro como Auxiliar Administrativo pelo REDA⁴. Foi bom por ser uma nova experiência, mas vi o descaso do Estado com os alunos do interior. Não tinha professores e às vezes só tinha uma aula. Os alunos ficavam na rua esperando o horário da próxima aula ou esperando o

⁴ Regime Especial de Direito Administrativo – REDA foi implementado na Bahia pela Lei nº 6.403/1992, tornando-se o instrumento apto para que a Administração Direta e Indireta pudesse contratar agentes públicos em regime temporário e sem a realização de concurso público.

professor que ainda ia chegar de outro lugar ou nem tinha mais aula e ficavam na rua com fome. Ver tudo aquilo me indignava. Nesse mesmo ano participei da filmagem de dois filmes de curta metragem pelo projeto *Revelando os Brasis*. O primeiro filme teve o nome “O santo que foi condenado” vinculado a igreja e o segundo filme “Dona Joana seus ternos e danças” vinculado a cultura de trabalho, mas ficou muito lindo.

Nesse mesmo ano fui convidada para fazer um curso de Teologia para leigos durante dois anos em Feira de Santana, no Seminário Sant'ana Mestra e eu aceitei. O curso foi ótimo! Lá compreendi o verdadeiro sentido de família, diálogo e perdão. Depois que fiz esse curso resolvi voltar à sala de aula depois de 10 anos de fpmada no ensino médio e desatualizada vi que não podemos parar de estudar para não parar no tempo. Dos 15 irmãos que tenho só uma é agricultora e estudou até a 4ª série e se tornou professora. Com o passar dos tempos, ela fez supletivo e conseguiu concluir o ensino médio e continuou lecionando. Hoje é professora aposentada. As outras, irmãs estudaram, aprenderam a ler e se tornaram donas de casa; outras trabalhadoras domésticas e os homens estudaram para fazer o nome, aprender a ler, fazer as 4 operações e pronto. Uns são pedreiros, outros agricultores. Meus irmãos mais velhos ajudavam nossos pais tanto na roça como nos afazeres de casa. Quando eu nasci meus irmãos já eram adultos, outros adolescentes, então, eles não estudaram para se formarem, só estudam para aprender a ler e escrever e eu seguirno mundo dos estudos.

Posteriormente, fui convidada novamente para trabalhar como alfabetizadora no Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), na Educação de Jovens e Adultos. A minha turma era na Comunidade Quilombola Curral de Fora e me tornei professora como minha mãe. Consegui formar uma turma de pessoas com deficiência. Elas não iam à escola ‘normal’ porque tinham vergonha ou medo de sofrer preconceito por suas diferenças.

Depois desse trabalho, fui coordenadora do mesmo programa, eram dez professores e sempre procurei fazer o que estava ao meu alcance dando o melhor de mim. Terminou essa temporada e fui trabalhar no Programa Mais Educação⁵⁵ como merendeira. Eu fazia parte de uma associação chamada Casa de Cultura Dona Joana, nome dado depois do filme em homenagem a essa senhora que fazia cultura em Patafba. Participei também de um Workshop

⁵ Segundo o Ministério da Educação, o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689#:~:text=O%20Programa%20Mais%20Educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20criado,jornada%20escolar%20nas%20escolas%20p%C3%BAblicas%2C>.

na capital de Pernambuco, Recife, para falar sobre o que deu certo e o que precisava melhorar no Mais Educação do meu município. Nesse seminário, conheci várias experiências, onde a mais legal foi a de Chã Preta no município de Alagoas. Lá, a prefeitura, as famílias e a escola trabalhavam juntas de verdade e deu tudo certo.

Enquanto isso, o meu filho mais velho, estudava em outro município, chamado Irará, na escola Família Agrícola. Meu interesse era que o meu 2º filho fosse estudar lá também, porém as coisas não estavam muito boas por lá porque tinha mudado a direção geral e a escola estava enfrentando algumas dificuldades. O tempo foi passando e o ano letivo terminou, como eu conhecia o colégio estadual em Pataíba e como funcionava, eu comecei a me preocupar porque o meu segundo filho tinha concluído o ensino fundamental e eu não queria ver ele sair de casa as 13:00 horas e voltar meia hora depois dizendo que não tinha aula. Surgiu então um convite para vim morar em Serrinha para ajudar organizar uns documentos do Movimento Negro dessa cidade.

No início fiquei um pouco insegura porque como eu iria me sustentar e sustentar meus filhos sem emprego? Mas, o amigo que me convidou me assegurou que conseguiria um emprego para mim. Mesmo assim, fiquei um pouco receosa porque não queria morar na casa dos outros com minha família. Ele trabalhava em Salvador e ficava a semana toda lá, só retornando a Serrinha fim de semana. Então combinamos assim: eu ficava a semana na casadele e no fim de semana eu ia para a minha casa. Não precisei pagar aluguel e meu filho veio estudar em uma escola organizada, no Colégio 30 de Junho. Eu continuei organizando os documentos que estavam pendentes, mas nada de emprego. Nisso passou-se um ano e nada de emprego e eu que nunca gostei de esperar, fiquei sendo sustentada pelos outros. Com isso, as inscrições do IF Baiano foram abertas e meu colega me perguntou se eu não iria me inscrever. Decidir me escrever porque não estava trabalhando ainda... vou me inscrever para aprender fazer redação, (risos). Arrumei toda a documentação e resolvi me inscrever e inscrever meu 2º. Filho no curso Agroecologia, e minha inscrição para o curso Subsequente em Agropecuaria. Meu filho já tinha concluído o 1º ano do ensino médio, então eu conversei com ele e perguntei se ele queria estudar no IF Baiano, uma vez que ele teria que repetir o 1º ano. Ele concordou e dessa forma eu fiz a nossa inscrição. Quando saiu o resultado estava lá o meu nome e o dele. Eu não estava acreditando que nós iríamos passar. Fechei o computador e comecei a tremer (risos).

A partir daí tirei o sossego do rapaz que me trouxe, pois ele estava gostando de ter uma empregada e quando ele soube que eu iria estudar, tratou logo de entrar em contato com as

secretarias para ver onde me colocava. Eu fiquei na espera do trabalho, mas estudando. Depois de 10 anos, voltei a estudar em uma sala de aula, com colegas e tudo. Não lembrava mais de nada (risos). Na minha primeira aula, com o professor Heron Ferreira Souza, ele fez uma dinâmica na aula onde ele perguntava e a gente respondia com uma palavra (risos). Lembro-me que a minha palavra foi Sustentabilidade, mas enganchei viu?! Foi preciso um colega que eu nunca tinha visto na vida me ajudar. Fui então me entrosando com a turma.

Enfim, chegou o trabalho. Fui trabalhar na Casa de Passagem, chamada Casa Lar. Nessa casa, as crianças que estão em vulnerabilidade social são recolhidas pelo Conselho Tutelar e ficam por um tempo na casa enquanto os pais se preparavam para receber de volta para o seu convívio. Nesse tempo, tinha 9 crianças de duas famílias. Eles eram primos e apesar de ser uma casa de passagem, eles eram uns meninos tranquilos que brincavam e faziam travessuras, coisas normais de criança. Eu brincava, cantava, contava histórias para eles, mas também falava sério e colocava de castigo se precisasse. Sempre procurei fazer meu trabalho dedicação. Dediquei-me a elas porque naquele momento elas precisavam de mim. As crianças mais velhas me chamavam de tia Beth, e a menorzinha me chamava de Bebê porque ela ainda estava aprendendo a falar. Quando eu falava sério todos me obedeciam. Eu não tinha problemas com nenhum deles(as).

Meu trabalho como cuidadora era ajudar a tomar conta das crianças, na casa tinha uma moça que fazia o trabalho de serviços gerais, e cozinhava, tinha dois psicólogos, a pedagoga e as cuidadoras. Eu estudava durante o dia e trabalhava à noite e quando eu chegava para trabalhar as crianças ficavam na expectativa da minha chegada, se eu me atrasasse as outras tias tinham que responder porque eu estava demorando. Eu tinha que contar pra eles como estudava... Oh meu Deus (risos). O meu curso técnico era subsequente (pós-médio), onde eu estudava uma semana de aulas teóricas e duas semanas fazia atividades práticas. Então tinha como conciliar com o trabalho. Combinei com as colegas de trabalho que se por acaso o horário do trabalho chocasse com as aulas, a gente trocava de horário e elas então aceitaram a proposta. Eu estava bem no meu trabalho, mas o rapaz que me levou não se agradou, então, ele resolveu mudar os funcionários dos setores, convocando uma reunião com todos que trabalhavam na secretaria da Assistência Social. Nesta reunião, estavam presentes todos(as) trabalhadores(as) desta secretaria. Éramos 60 pessoas ao total. Então ele mudou algumas pessoas da casa de passagem (Casa Lar) para a casa da Residência e me falou: "Piu, você vai para a casa da Residência porque eu não lhe trouxe aqui para estudar!" Essa frase não soou muito bem aos meus ouvidos! Ele nem sabe, mas aquelas palavras me deram forças para me organizar e me

preparar para mais uma vez ir à luta dos meus objetivos.

Na casa de passagem (Casa Lar) pude perceber que os meus filhos pertence a classe trabalhadora por viverem do trabalho, mas são ricos de amor e proteção, porque as crianças que estavam lá são pobres financeiramente, carentes de carinho e proteção e muitos eram órfãos de pais vivos (lágrimas). A Casa da Residência acolhia os idosos e os deficientes que não tinham onde morar e quem cuidasse deles. Fui trabalhar lá. Na casa tinha somente dois idosos e o meu trabalho era fazer companhia para eles, orientar os horários dos medicamentos e servir as refeições. Foi bom porque fiz amizade com eles e com as pessoas que iam visitá-los. E fiz amizade também com as novas colegas que trabalhavam lá. Porém, não fiquei muito tempo, só uns dois meses, porque o meu contrato acabou e fiquei desempregada. Mesmo assim, continuei estudando para concluir o curso e a vida seguia.

Terminei o curso técnico em Agropecuária com ênfase em agroecologia. Nesse curso, pude aprender várias coisas, principalmente o respeito pelos outros, por suas escolhas pessoais e suas famílias. Tive oportunidade de conhecer outros *Campi*, apresentar trabalhos científicos, participar de simpósio, projetos e o principal foi ter contato com outras comunidades rurais e outros(as) agricultores(as). Só tenho a agradecer por tudo! No ano de 2017 ainda cursando o curso técnico em Agropecuária fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e fiquei no aguardo para saber a minha nota se dava ou não para cursar algum curso de nível superior, e para a minha sorte, através das cotas⁶, consegui ingressar no curso Tecnólogo de Gestão de Cooperativas no IF Baiano Campus-Serrinha.

Nesse mesmo ano, 2017, minha mãe veio a falecer. O que fez com que várias memórias antigas viessem à tona, uma delas foi a perda do meu sobrinho, no ano de 1984, sendo essa a primeira vez que perdi alguém da minha família, ainda não entendia o que era a dor. Ver o sofrimento da minha irmã era algo desesperador. As coisas eram tão difíceis que me recordo dela ter se arrependido porque não enfrentou o pai da criança para levar a criança ao médico, e eu ainda pequena vivenciei tudo isso, mas nunca esqueci aquelas palavras que me chamaram a atenção e deixaram marcas! Naquele momento eu repetia pra mim mesmo que quando crescesse e tivesse filhos, iria cuidar direitinho, também não deixaria ninguém mandar em mim, (risos), profetizei.

Com 30 anos que meu pai faleceu no ano 1987, minha mãe partiu. Que saudade (lágrimas)! Achei que não iria suportar porque é uma tristeza imensa. A minha vontade era de

⁶ A Lei de Cotas (Lei 12.711, de 2012) prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade é destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo per capita

ficar sozinha, não conversar com mais ninguém. Não tinha vontade de fazer nada a não ser morrer também, mas lembrava de meus filhos. Uma mãe não tem medo de morrer, mas tem medo de deixar os filhos no mundo sem a sua proteção.

Com o ocorrido, eu tinha até esquecido que eu estava esperando o resultado do Enem, saiu o resultado e com a minha nota dava para estudar Serviço Social em uma Faculdade particular na cidade de Conceição do Coité (com 50% da bolsa). Até pensei em fazer, mas daí eu me inscrevi no Sistema de Seleção Unificada (SISU)⁷⁷ e o curso que eu queria era Gestão de Cooperativas. Minha nota não alcançou a média de corte logo de primeira, então fiquei na expectativa da segunda chamada e sem acreditar que iria passar. Mais uma tristeza me acompanhava.

Estava chegando o carnaval e eu não tinha vontade de fazer nada. Meus filhos, coitados, querendo sair de casa, começaram a falar: “vamos Mainha pra Salvador? É carnaval! Vamos à praia, tirar a "zica" (risos) para lavar as emoções pesadas do corpo”. Eu estava irredutível, sem querer ir, mas acabei cedendo e fui. Mas disse: “Eu não vou ficar lá porque tenho que voltar para participar da reunião no IF Baiano para a segunda chamada”. Então fomos a Salvador e ficamos na casa de meu irmão e quando eu cheguei à casa dele, ele me abraçou e perguntou: “cadê o nosso chão?” Naquele momento descobri que não era só eu que estava sentindo a falta da mamãe. Tentamos nos divertir ao máximo nos dias que ficamos lá. O carnaval é uma festa que eu amo, mas estava sem clima. Fui para a avenida, mas naquela multidão de gente e de cantores(as) que eu gosto parecia que nada estava acontecendo. Mas tinha um vazio, faltava um pedaço de mim!

Então chegou o grande dia de participar da reunião para saber se eu tinha passado para o curso que eu queria. Na reunião pediram para que todos assinassem e se dirigissem ao auditório, começando pela turma de Biologia. Cada nome aprovado era uma comemoração e eu estava nervosa e com o coração na mão. Então chegou a minha vez do curso de Gestão de Cooperativas, onde foram chamando os nomes para as vagas disponíveis e quando chegou nas vagas das cotas para negros, me perguntaram: “Elisabeth você tem interesse pela vaga para estudar no curso de Gestão de Cooperativas?” Passou um filme em minha mente, eu abri meus braços, respirei fundo e disse: “aceito sim, aqui é a minha casa!” Eu tinha passado, mas fiquei sem acreditar, um misto de alegria tomou conta de mim e aquela tristeza que queria me vencer, graças a Deus, sumiu! Uma alegria onde meus/minhas amigos/as comemoraram comigo. Comecei a estudar insegura e com muito medo, principalmente da disciplina matemática, mas,

⁷ O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece vagas em universidades públicas sem precisar fazer o vestibular próprio da instituição.

as coisas não são fáceis e eu nunca deixei de entregar minhas atividades, mesmo com insegurança.

Esse curso enche meus olhos, faço o que gosto. Estar em contato com gente, gente que é igual a mim, que me valoriza e que valoriza o que temos nos incentiva a ir aonde quisermos. Hoje estou aqui, já na escrita do TCC, já no final do curso. Espero que eu possa chegar ao objetivo final, que é concluir o curso com sucesso! Já deu certo.

1.1. Contextualizando o tema

A escolha desse tema se deu por conta do meu pertencimento nos Quilombos do Curral de Fora e Vila Nova, ter vivenciado as lutas e resistências inerentes a estas comunidades suscitou-me o desejo de abordar esta temática, aflorando assim, a vontade de escrever a história do meu povo e as memórias que marcam a minha trajetória de vida. Embora tenha nascido numa comunidade quilombola e vivido boa parte da minha infância, não me estabeleci na mesma, por questões familiares, mas nunca perdi o vínculo com esses lugares.

As Comunidades Quilombolas eram lugares secretos e de difícil acesso, para onde os escravos fugindo das crueldades da escravidão e se assentavam dando origem a comunidades de negros que viviam livres e organizados social, econômico e culturalmente. Áreas isoladas para dificultar o acesso de fazendeiros e jagunços no passado, atualmente as comunidades quilombolas são um dos grupos populacionais mais vulneráveis. O isolamento físico se tornou um isolamento social marcado pela exclusão e pelo preconceito.

Atualmente essas comunidades quilombolas se encaixam na categoria de Comunidade Tradicional, uma vez que o traço essencial de sua caracterização é a preservação de uma cultura distinta mantendo uma relação com a terra que para esses é mais do que posse ou propriedade, é uma relação de identidade (SOUZA e ARAÚJO, 2017). Essa classificação em parte, exige do Estado e suas instituições políticas sociais, econômicas e culturais a inclusão dessas comunidades no sentido de reconhecê-las, de valorizar suas tradições e de promover desenvolvimento socioeconômico destas.

Identidade para nós que somos quilombolas é a forma de dizer para toda a sociedade o nosso modo de vida por meio do autoconhecimento da nossa identidade. Na maioria dos casos, a identidade da população tradicional está associada à identidade étnico-racial negra e a relação o território existencial ao longo da História, também é uma forma de mostrar que estamos na luta e na “labuta” em busca dos nossos direitos que sempre nos foi negado em histórico que “empurraram” o nosso povo e as nossas comunidades para a vulnerabilidade

econômica e social.

É no contexto dessa vulnerabilidade socialmente estruturada que essas comunidades e principalmente a mulher quilombola, tem sua vida marcada pela resistência e luta pela sobrevivência. Foi por meio do trabalho (agricultura, artesanato, culinária) que buscaram superar suas fragilidades e contribuir para a economia das suas famílias e de suas comunidades. Guérin (2005, p.17), observou que essas mulheres são conduzidas a essas fragilidades e experiências sobretudo devido às suas necessidades.

No quilombo do Curral de Fora, foi a partir dessas atividades muitas vezes realizadas coletivamente, como a retirada da palha do ariri para o artesanato, que se originou a organização e a luta das mulheres quilombolas por participação social, reconhecimento dos seus saberes e apoio mútuo. A partir desses conhecimentos produzidos historicamente por gerações que as mulheres se organizam e passam a exercer papéis de lideranças na comunidade. Assumindo certo protagonismo no grupo de produção, coordenação de projetos e direção da Associação Quilombola do Curral de Fora, por exemplo.

No dia a dia da comunidade, estas mulheres se reúnem para trabalhos coletivos em diversas atividades como: plantar e colher, na produção na casa de farinha, nas igrejas, nos festejos e nos artesanatos. Dessa forma, para realizarem esses trabalhos as mulheres se juntam em grupos como forma de proteção, ajuda mútua e geração de renda. Buscando superar as dificuldades e encontrar soluções nas variadas situações que lhe são impostas. Podemos perceber que o associativismo nessas comunidades e para as mulheres é de suma importância, por contribuir para organizarem e coletivamente alcançarem objetivos em comum.

O associativismo é uma iniciativa formal e informal que consiste na constituição de grupos de pessoas ou de organizações que se reúnem com um objetivo de gerar soluções, bem como superar desafios e dificuldades nos mais variados âmbitos - sociais, culturais, políticos, econômicos, científicos, entre outros. Para Frantz (2002, p. 1), o associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais. O intuito de discutir o associativismo entre essas mulheres quilombolas é apresentar oportunidades e limites voltados para iniciativas do desenvolvimento dessas mulheres nos locais onde moram. A Associação Comunitária nesses locais oportuniza e contribui para o conhecimento e identifica características que se enquadram na Economia Solidária, contribuindo assim, no vínculo da coletividade e no desenvolvimento local. Como aponta o trecho a seguir:

Economia solidária não é uma compensação em relação ao modelo dominante da economia capitalista, ao contrário, é uma alternativa a esse modelo. A economia solidária faz parte deste movimento, entre outros, de um processo mais amplo de valores opostos ao modelo capitalista, com implicações profundas tanto no modelo da produção quanto no modelo de acumulação e na organização do trabalho. (GADOTTI, 2009, p. 81)

A vida das mulheres quilombolas nessas atividades de casa, filhos, trabalhos domésticos, trabalho de roça e pequenos artesanatos mostra o quanto é necessário estar na coletividade, pois nas comunidades quilombolas as mulheres trabalham muito, exercendo assim, tripla jornada. Na roça, em casa e muitas das vezes cuidando de parentes idosos. De acordo com Bruschini e Lombardi (2000, p.3), a natureza feminina do emprego doméstico não é surpreendente. Em nossa sociedade, os afazeres domésticos são tidos como responsabilidade da mulher quase sempre não remunerada ou, quando há, irrisória. Dessa forma, o associativismo em Comunidades Quilombolas são de extrema importância, pois a partir da organização dos grupos, fortalece o trabalho social dessas mulheres em busca dos seus direitos e garantindo a visibilidade.

Nesse sentido, o associativismo pode ser caracterizado como uma instância que fomenta o trabalho coletivo, visando ofertar mecanismos que garantam a essas mulheres melhores condições de vida. A união das mulheres em associações, estimula a troca de experiências entre elas. O uso de práticas agroecológicas, aquelas práticas que são passadas de pais para filhos e por parte dessas mulheres permitem a continuidade dos fazeres e saberes obtidos a partir dos intercâmbios, sendo estes necessários para o fortalecimento da Economia Solidária.

Tenho observado, por minhas vivências no Quilombo de Curral de Fora, a importância da economia solidária no trabalho das mulheres quilombolas, principalmente nos grupos de produção. Elas não pararam de fazer o artesanato de palha, mais deram preferência de produzir aquilo que tem um retorno imediato e que pode gerar uma renda maior e em curto prazo, esses grupos produzem e trabalham com: polpas de frutas, refeições, beiju, hortaliças, esses produtos têm saída rápida. Na Associação quilombola do Curral de Fora, essas mulheres passaram a produzir polpas de frutas, refeições, beiju, hortaliças, entre outros.

Percebe-se, então, que a Economia Solidária valoriza as relações entre os humanos, favorecendo assim, bens e serviços fortalecendo os laços sociais entre as mulheres através da reciprocidade. Percebo que, nesse trabalho, os valores coletivos e culturais não se perdem e podem contar com a cooperação, solidariedade e a autogestão sempre com a finalidade de fortalecer o associativismo entre elas.

O associativismo entre essas mulheres quilombolas mostra o quanto é importante o canal de diálogo entre elas e suas comunidades e estando juntas fortalecendo seus trabalhos. Eu como mulher quilombola que nasci e vivi parte da minha vida no quilombo, compreendi o quanto é importante nos aprofundarmos no conhecimento científico, buscando entender melhor a nossa história, nossos saberes e nossas lutas que nos permitiram existir até os dias atuais. Dessa forma fui despertada para me aprofundar no conhecimento acadêmico construído acerca das comunidades quilombolas e o papel do associativismo e principalmente do trabalho coletivo das mulheres nesse contexto.

1.2. Questão de pesquisa e objetivos

A escolha desse tema foi com o intuito de substanciar meu sentimento de pertencer aos quilombos de Curral de Fora (Quilombo de origem), e o quilombo Vila Nova o que me deu oportunidade de estudar e falar das suas lutas, vivenciado a resistência inerente a essas Comunidades, isso me inspirou a abordar essa temática sobre minha gente e as lembranças que marcaram a trajetória da minha vida. A vista disso, o objetivo principal desta pesquisa é interpretar de que forma se dá o Trabalho (Social) das mulheres nas associações de Comunidades Quilombolas da Bahia. E para destrinchar a temática ficaram definidos como objetivos específicos: Identificar as atividades realizadas pelas mulheres quilombolas e destacar as suas Implicações sociais, Familiares e Individuais representatividade e a importância das mulheres quilombolas no âmbito do associativismo.

Esses objetivos escolhidos se colocam na perspectiva do interesse pessoal da minha identidade enquanto mulher negra quilombola em que busco compreender cientificamente essas dimensões descritas nos objetivos. Embora o tema chama a atenção, mas nem sempre fazem parte de debates na sociedade, em geral. O trabalho das mulheres quilombolas historicamente sofre com a desigualdade e a falta de oportunidade, carrega as marcas vividas do período de escravidão, marcas que estão intimamente ligadas aos aspectos sociopolíticos e econômicos. Como citei acima no texto, sou quilombola, porém, não continuei morando no meu quilombo por motivos familiares, mas não perdi o vínculo com o meu local de origem. O pouco tempo que vivi nesse local me fez ver que as vivências e experiências vividas nessa Comunidade Quilombola me remete a acreditar que a cooperação sempre existiu nas experiências e nas ações de liberdade do nosso povo. As pessoas costumam realizar os trabalhos de forma coletiva, as atividades e ações são realizadas com o espírito de ajuda mútua transmissão e troca de saberes, sobre as práticas das mulheres do Quilombo, na construção dos

saberes durante as vivências do trabalho coletivo. Por isso esse estudo se faz importante ao intentar reconhecer um trabalho que é um legado ancestral e que caracteriza a história de um povo, busco também salvaguardar através da escrita a história como um dever para as futuras gerações. Por isso, desenvolver esse trabalho é um compromisso enquanto mulher negra quilombola e discente do curso Gestão de Cooperativas. Para o desenvolvimento deste estudo pretendo usar a pesquisa bibliográfica. Tendo em vista as limitações do momento atual para a realização de uma pesquisa empírica.

1.3. O percurso metodológico

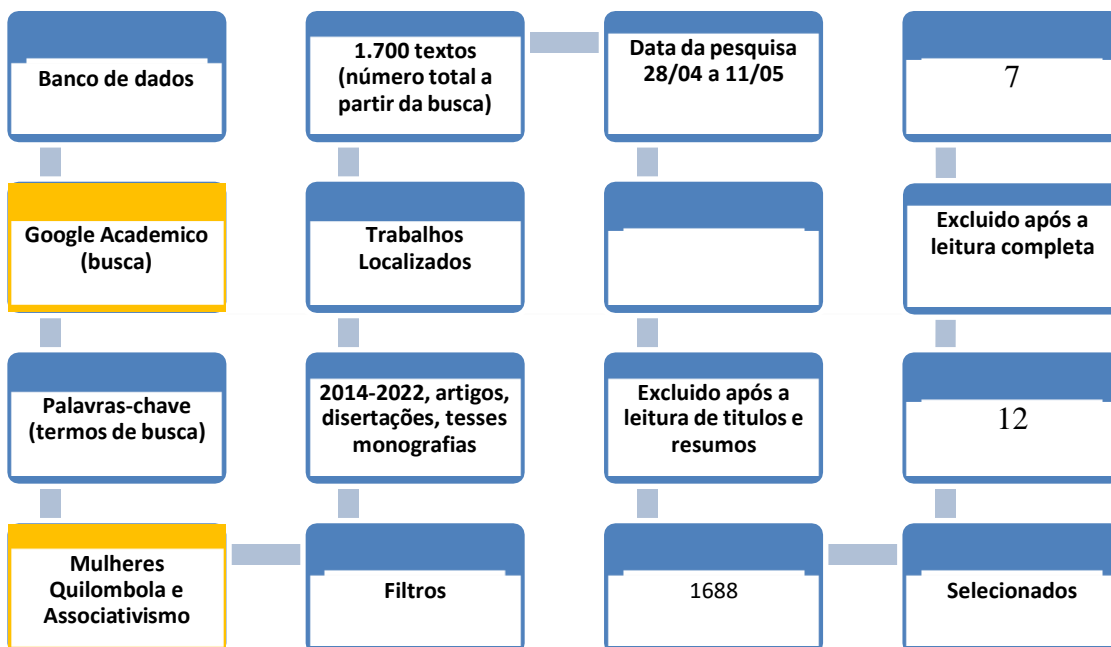
Essa pesquisa começou como pesquisa – ação, onde estava sendo construída juntamente com as mulheres quilombolas, mas infelizmente, devido a pandemia da Covid-19, as atividades de campo foram impedidas de serem realizadas. Em consequência disso tivemos que adaptar para a revisão bibliográfica como meta de estudo. ss Do ponto de vista do objeto, esta pesquisa é de natureza exploratória e parte de uma pesquisa bibliográfica em que segundo Gil (2008) tem como desígnio o desenvolvimento, o esclarecimento e a mudança de perspectiva acerca de conceitos e ideias.

Gil (2008, p. 50) relata que, “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A pesquisa bibliográfica tem como finalidade apresentar os conhecimentos através de uma investigação em artigos científicos, revistas, livros, por meio de sites confiáveis, monografias, dentre outros. Diante do exposto, a pesquisa (que chamarei de busca) para posterior análise foi realizada em uma única plataforma, a *Google Acadêmico*⁸, com as palavras-chave: *Mulheres Quilombolas* e *Associativismo* publicado de 2014 a 2022, (ver detalhes na Figura 1). A definição do período se deve ao mesmo em que fiz o curso, tornando assim possível compreender as reflexões empreendidas em paralelo à minha própria formação. Neste sentido, para apurar a ligação dos textos com o problema da pesquisa, a princípio, foram analisados o título e o resumo. Posteriormente, após a leitura base, foram selecionados os textos para a leitura completa. Após a leitura integral nos sítios onde estes artigos estavam disponíveis, refletindo a partir dos conhecimentos que já haviam sido produzidos, sobretudo sobre os temas da nossa pesquisa e com o suporte dos meus conhecimentos construídos no curso, farei

⁸ O Google Scholar — Google Acadêmico ou Acadêmico em português — é um mecanismo virtual de pesquisa livremente acessível que organiza e lista textos completos ou metadados da literatura acadêmica em uma extensa variedade de formatos de publicação.

uma interpretação que se coloca a refletir sobre as linhas de pensamento sobre mulheres quilombolas e o associativismo.

Figura 1: Conjunto de informações para a seleção de artigos



Elaboração: autora (2022)

A presente pesquisa foi dividida em três capítulos: I – Introdução: memorial sobre minha trajetória de vida e minha experiência e vivência com uma comunidade quilombola desse modo trazer a importância da temática da pesquisa. No II capítulo, relato quilombo no Brasil e na Bahia a partir de uma revisão sobre os atos históricos do aquilombar-se. Traz o contexto, que os quilombos consistem em uma conquista das pessoas escravizados para terras livres e isoladas. Marcada pela existência de lutas que determinam a interpretação da comunidade de diversas formas como: proteger, preservar nossa cultura e crença religiosas perpetuando nossa história, respeitar as práticas e saberes de nossos ancestrais, as ações de luta e resistência são distintas das suas compreensões. Já no capítulo III falarei sobre a questão de gênero e do trabalho nos quilombos e conexão entre a divisão sexual do trabalho e emancipação, onde destaco uma abordagem de gênero que oferece um vislumbre de novos significados e novos horizontes, ao mesmo tempo em que ajuda a compreender como a construção das relações sociais pode manifestar vulnerabilidade ao traçar estratégias para transformá-la em uma experiência igualitária entre homens e mulheres. Levando em consideração que a divisão sexual do trabalho não é um produto do instinto biológico, mas um produto socialmente construído, mas no contexto do capitalismo que a hierarquia e os processos das atividades relacionadas à produção e a reprodução se tornam mais claros e o capitalismo separa as

chamadas atividades de produção das atividades de reprodução. E exponho o associativismo, o trabalho feminino e a autonomia: que aspectos podemos estabelecer críticas? Onde o associativismo início da humanidade, quando os humanos sentiram a necessidade de viver coletivamente para sobreviver. Com isso, o associativismo surgiu como uma alternativa para maior democratização desses negócios, as mulheres quilombolas descobriram a sustentabilidade das famílias e comunidades e a existência do associativismo mostra formas independentes de trabalhar com objetivos e expectativas compartilhados em benefício de todos.

2. QUILOMBO NO BRASIL E NA BAHIA A PARTIR DE UMA REVISÃO SOBRE OS ATOS HISTÓRICOS DO AQUILOMBAR-SE

O quilombo é seguramente uma palavra originária de línguas bantu “kilombo, aportuguesado: quilombo.” Para Kabengele (95/96, p. 57), quilombo significava aldeias que refugiavam os pessoas escravizadas que fugiam das fazendas e das casas de família. O quilombo é uma sociedade organizada que plantava o que precisava comer, tinha hierarquia e era livre para manifestar suas crenças e sua cultura, as terras quilombolas representam espaço de manutenção e perseverança da sabedoria ancestral e da solidariedade coletiva, os ensinamentos ancestrais raízes associando saber e fazer.

Os quilombos, para os senhores de engenho do período colonial, eram compreendidos como lugar de negros fugidos. Para os negros e negras que buscavam a liberdade, o quilombo era compreendido como lugar de luta e resistência, território coletivo de apropriação de terras que lhes possibilitavam a igualdade entre seus pares. As Comunidades negras que, sobre tradições e histórias específicas, resistem em seus territórios e buscam a garantia de seus direitos e a terra frente ao Estado brasileiro (FERNANDES, 2016).

Nesse sentido, a história das Comunidades Remanescentes de Quilombo é marcada pela presença de lutas que determinam a interpretação das comunidades de várias formas, como: proteção, preservação da nossa cultura e religiosidade, continuação da nossa história, respeitando as práticas e saberes dos nossos ancestrais, das ações de lutas e resistência é diferenciada diante de sua compreensão.

Segundo Amorim (2004), as Comunidades Remanescentes de Quilombos têm como seus atributos essenciais o território, sendo esse lugar onde se reproduz vida material e

simbólica e as suas peculiaridades, o território é o motivo pelo qual essas comunidades se organizam e lutam buscando o reconhecimento, a demarcação das terras e políticas públicas direcionadas aos problemas sociais e econômicos que os atingem.

No quilombo sempre vivemos como uma família, pois nele sempre buscamos a união, juntando forças, ajuda mútua, trabalhando na coletividade e lutamos contra a desigualdade social. A coletividade inerente a essas comunidades garantiu a tais grupos a superação das dificuldades muitas vezes impostas pelo isolamento e abandono do Estado, pela pobreza e, inclusive a manutenção da sociabilidade e as relações de vizinhança, sistemas produtivos e enfim, seus modos de vida.

Amorim (2004), afirma ainda que esses grupos possuem conhecimento de sua realidade e souberam agir de modo eficiente para conquistar sua liberdade utilizando estratégias originais para as situações; sendo o Estado, por sua vez, legitimador dessas ocupações.

Organiza-se enquanto sociedade civil em busca do reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombos foi uma das maneiras que os negros descobriram para ocupar as terras que lhes tinha sido doado como pagamento por serviços prestados ao Estado, por exemplo. O trabalho escravo nos levou a organizar e enfrentar desafios para alcançar nossa liberdade encontrada nos lugares chamados de Quilombo Mocambo, terra de Santo, entre tantas denominações ao longo e após o período escravocrata do nosso país (AMORIM, 2004).

A ocupação de terras também acontecia quando as pessoas escravizados libertos ou não encontravam terras do Estado em locais de difícil acesso. Meus ancestrais contaram que o nosso quilombo Curral de Fora é exemplo deste tipo de ocupação, onde os escravos fugiram das fazendas e senzalas onde eram maltratados e procuravam terras longínquas e de difícil acesso para não serem alcançados pelos “capitães do mato”. No meu quilombo Curral de Fora as terras eram de “santo” como era chamada, foi fundada por uma mulher. Diziam os meus avós que era uma escrava muito bonita chamada “Filipa preta” que fugiu de uma das fazendas da cidade de Inhambupe. Essa mulher tinha duas filhas e ao chegar nessas terras de Santo Antônio, um fazendeiro que aqui já morava se apaixonou por uma das filhas, casou-se com ela e daí começou com a linhagem da minha família, com isso formaram a comunidade quilombola onde nasci. Contudo, não podemos esquecer que essas pessoas eram trazidas das colônias africanas ao Brasil pelos colonizadores, muitos dos quilombos foram formados por negros fugidos dos engenhos e fazendas que utilizava mão - de - obra escrava.

Para Gonzaga (2013, P. 29), “o relato desse povo massacrado tem-se a nítida impressão de que a função da vida, é testar o nível e a capacidade de reação das raças, sendo

que, o fator que as diferenças é a possibilidade superar as dificuldades reergue-se com força ímpeto e a indispensável união”. Foi através da igreja da Comissão Pastoral da Terra, que iniciou um trabalho de identificação e pesquisa dessas Comunidades que as denomina como Comunidade Eclesiais de Base (CEBs). Algumas dessas Comunidades buscam seus direitos específicos, reconhecidos na Constituição, como, por exemplo, o reconhecimento da propriedade da terra.

Criou-se uma agenda de luta que culminaram na construção de leis e políticas públicas, que legitimassem e ajudassem estas comunidades.

A política para quilombos no Brasil passa a figurar no cenário nacional após a promulgação da Constituição de 1988. Iniciativa governamentais começam a ser desenvolvida em meados dos anos 1990, tendo como marcos significativos a publicação do Decreto nº 4.778/2003, de 20 de novembro de 2003 e para o programa Brasil Quilombola, instituído no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). (DEALDINA, 2020, p.30).

Esse decreto visa garantir, além da posse de terra, uma melhor qualidade de vida aos quilombolas. O documento resalta o direito desses povos em ter acesso a serviços essenciais como educação, saúde e saneamento básico e torna-se um marco para o reconhecimento do direito de alta-atribuição desse direito étnico-racial.

Nas comunidades quilombolas, por sua vez, passou como elemento balizadores alguns princípios que é; respeito aos mais velhos, e a oralidade são esses o básicos que alicerçam as suas práticas e os saberes a ajuda mútua e a coletividade em tudo que fazem. Conforme observou Dealdina (2020), a luta negra quilombola está representada nos quilombos que até hoje lutam por igualdade social, racial e de gênero que afeta principalmente as mulheres quilombolas.

Nesse contexto, os quilombos se constituíram a partir de grande diversidade e processos que incluíram as fugas para terras livres e isoladas. Por outro lado, a liberdade foi conquistada também por meio de heranças, doações, recebimento de terras tanto durante as vigências do sistema escravocrata quanto após sua abolição. São quatro mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro mantendo-se vivos e atualmente lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição Federal desde 1988. (SOUZA, 2011)

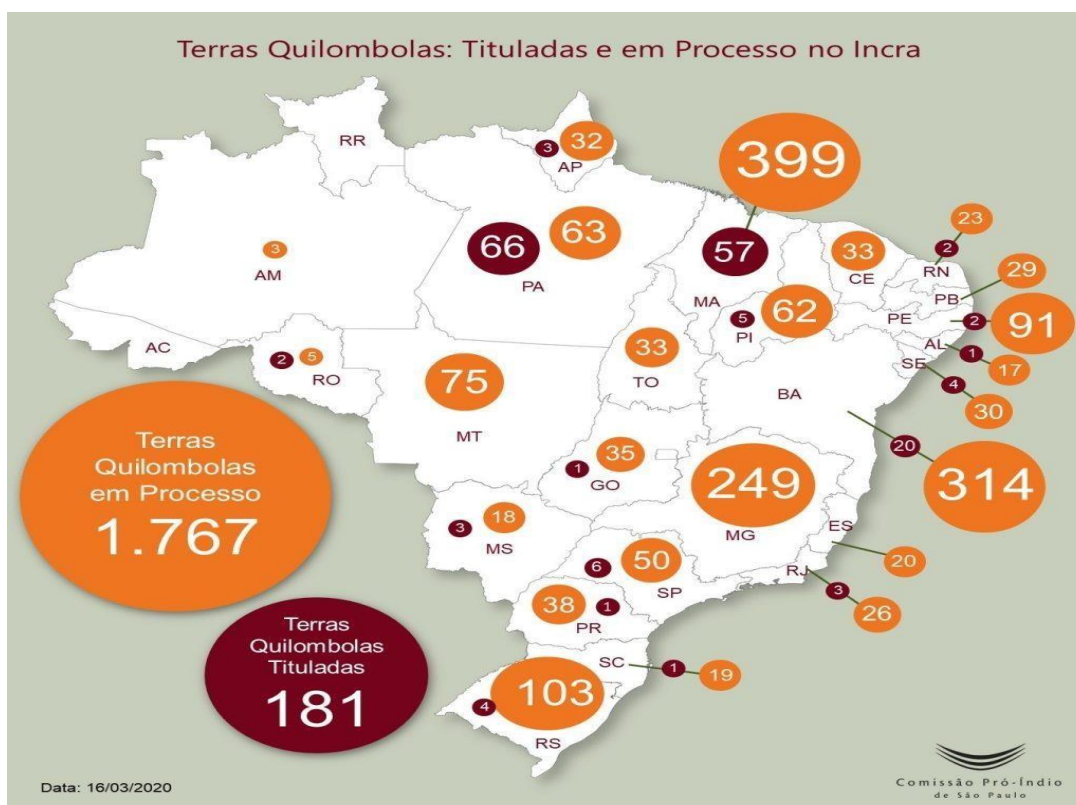
Nesse sentido, Dealdina (2020) observou que, na história do Brasil representa um projeto de partilha, de viver em comunidade, de construção do território enquanto coletivo, compartilhando o acesso a bens, em especial à terra. No Brasil existem Comunidades

Quilombola em pelo menos 24 estados, com exceção dos estados do Acre e de Roraima.

Por tanto, onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos, mesmo sob a ameaça do chicote, negociava espaço de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas incendiava plantações, agredia senhores e feitores rebelava-se individual ou coletivamente (REIS e GOMES, 2012).

O ato de aquilombar-se vem sempre pelo lado do coletivo, na capoeira, no trabalho no campo (roça), nas comemorações culturais a luta é diária pelos nossos direitos e espaço. Estamos sempre na busca da sobrevivência física, social, cultural e histórica, os nossos ancestrais nos encorajam a enfrentar desafios e obstáculo em toda parte na saúde, educação, na moradia. Principalmente nos espaços onde não é fácil para me identificar que sou mulher negra, quilombola eu tenho que estar a todo momento me auto identificando porque quando você diz que é quilombola vem logo a pergunta você mora no quilombo? Você tem terra declarada pelo INCRA (ver a Figura 2, para entender os processos atuais e as conquistas neste sentido)? Seu quilombo é certificado? Quem deu esse título foi o estado ou é federal? Vejo que todas essas perguntas vêm do individualismo extremo, da competição luta do povo negro por seus direitos é diário. Aquilombar-se e defender a cooperação e a solidariedade é estar sempre juntos com irmã ou irmão é transformar a realidade.

Figura 2: Marco temporal para comunidades quilombolas, em 2020.



Fonte: Comissão Pró-Índio São Paulo. Acesso em 17 de novembro de 2021.

Podemos perceber na Figura 2 que os estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais são os estados que no século XIX possuíam maiores números de população escrava, lideram em número de processos abertos para solicitar a titulação dos territórios quilombolas.

O quilombo dos Palmares foi o pioneiro na história do Brasil. Localizado na Serra da Barriga, no município de União dos palmares (AL), era considerado o estado livre das Américas, mais organizado e de resistência à escravidão, refúgio dos negros escravizados das Américas ocorrido no mundo. Liderado por Zumbi dos Palmares, herói negro assassinado em 20 de novembro de 1695, data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra. Oliveira (2017) observou que Palmares nasceu naquele que teria sido o maior e mais longo reduto negro da história brasileira, o movimento de resistência escravo mais famoso, o quilombo dos Palmares, quilombo que na língua banto significa "povoação". Mais do que isso, a palavra povoação mencionada nos mostra a capacidade humana de enfrentar, vencer, e se fortalecer em várias situações.

Com a invasão do maior quilombo da América Latina Palmares deu-se origem a vários outros. Em 1835 teve a revolta dos Malês na Bahia, que foi um levante organizado por negros escravizados de origem mulçumanas na capital da Bahia, Salvador, que manifestaram seu descontentamento com as condições de vida imposta até então pela escravidão. Então nasce o primeiro quilombo no Rio Vermelho, em Salvador. Essa foi a revolta de maior proporção significância registrada no Estado da Bahia.

Desde o início até os dias atuais as comunidades quilombolas tem o propósito de emancipar e revolucionar a vida dos seus aquilombados. Apesar de apresentarem objetivos diferentes em momentos distintos da história, os quilombos mantêm a característica de resistir sempre, para obter liberdade e manter sua identidade cultural, social e inviolados.

Um dos exemplos de resistência dos quilombos na História do Brasil é o Rio das Rãs. Esse quilombo era uma terra devoluta na região de Bom Jesus da Lapa, Bahia a comunidade antes chamada de Posseiros, hoje Rio das Rãs, seguiu o exemplo de Palmares resistindo a inúmeras incoerências, zona sombria e contradições. Sendo o primeiro quilombo reconhecido na Bahia, está estreitamente ligado à história fundiária das grandes Sesmarias do Estado da Bahia. O vínculo à terra não reflete uma categoria bem definida de proprietário, por exemplo, mas sempre bem articulando a diferentes registros, formais e informais de propriedade e de ocupação. Ao contrário de Palmares, o quilombo Rio das Rãs aceitava a incorporação de movimentos de homens brancos que fugiam do movimento da Independência absenteísta de

famílias ricas locais, ocupando as “terras de pretos”. No entanto, os quilombolas dessa localidade contam sua história se autoafirmando e a partir de relações de pertencimento ao lugar e conseqüentemente à terra, a nossa história vem sempre através da oralidade onde vai passando de geração a geração, valorizando o caráter imaterial do território.

A territorialização dos espaços negros envolve muitas origens possíveis das chamadas terras de Preto. Permitindo, mediante elas, a representação que se tem e que se faz da realidade de grupo e da realidade da terra. Muita terra doada a santos. Terras de Santo nos quais negros se estabeleceriam, muitos agrupamentos comunidades, vilas, bairro, como hoje são chamados resultam da ocupação de áreas devolutas logo após a Abolição ou foram terras compradas por antigos escravos que aí constituíram famílias e organizaram um modo de vida camponês (GUSMÃO, 1996, p.8).

No quilombo do Rio das Rãs o conhecimento tradicional sempre teve voz e vez, onde deixam claro que não sabiam que eram remanescentes quilombolas e que conheceram essa palavra através de uma freira chamada Mirinês (irmã Mírian). Ela disse:

“É a partir de noventa nós começamos, assim, a aprofundar mais a história das comunidades e percebemos que a luta de Rio das Rãs não deveria significar para nós apenas uma luta pela reintegração de posse, luta pela terra (...), deveria se transformar, direcionar para uma luta pelo reconhecimento, explorando toda a questão do quilombo...” (Irmã Mírian Bersch, 54 anos, CPT apud, Silva, 1998, p. 2).

No quilombo não existia médico, professores formados e nem agente comunitário, lá o médico era o senhor Andreino que era o curandeiro, as professoras eram as senhoras que passavam seus saberes que também tinha aprendido com suas vós, e com o passar do tempo em 1983, os moradores de Rio das Rãs receberam os primeiros apoiadores de aliados externos – o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa e a Comissão Pastoral da terra(CPT)⁹.

Para a Comissão Pró-Índio São Paulo, existem 1.767 Terras quilombolas que estão em processo de certificação em todo o país e no Estado da Bahia temos 314 comunidades remanescentes de quilombos que estão no processo de certificação e 181 terras quilombolas

⁹ Segundo o site da Comissão Pastoral da Terra, a CPT nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>.

tituladas. E entre essas comunidades encontra-se a Comunidades Quilombola que eu nasci chamada de Comunidade Quilombola Curral de Fora, local ao qual por diversas vezes utilizo como forma de exemplificação, justamente por fazer parte da minha experiência pessoal e afetiva. Meu quilombo fica localizado no município baiano de Água -Fria, teve um processo de certificação relativamente rápido, apenas 23 dias para ser certificado, no dia 27 de setembro de 2013, um caso atípico, como podemos observar na figura no mapa acima (Figura 2) a maioria dos processos de pedido de reconhecimento enquanto comunidade remanescente quilombola ainda não foi concluída. A Fundação Cultural Palmares certificou e regularizou como terras quilombola Comunidade Curral de Fora.

Segundo o próprio regulamento da Fundação, ela é responsável por garantir assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos tituladas na defesa da posse e integridade de seus territórios contra esbulhos, turbações e utilização por terceiro (FCP). A ausência de acesso aos direitos à saúde, educação, transporte público de qualidade, bem como a instabilidade jurídica com relação ao direito ao próprio território, revelam como o racismo institucional limita a sobrevivência digna dessa população. A Fundação Cultural Palmares é responsável pela preservação do patrimônio cultural material afro-brasileiro (FCP), visando a preservação de seus valores culturais, sociais e econômico e ainda pela promoção e apoio de pesquisas estudos relativos à história e à cultura dos povos negros e pela inclusão do Afro- brasileiros no processo do desenvolvimento.

A Fundação Cultural Palmares se constituiu ao longo da história como uma instituição fundamental para o reconhecimento do verdadeiro papel da população negra na história do país, para o reconhecimento e certificação das terras quilombolas e para a garantia da manutenção da história e dos territórios quilombolas, no entanto os últimos anos, principalmente no atual governo Bolsonaro de agenda ultraliberal e de extrema direita, o esvaziamento das discussões e o desmonte das políticas públicas contra o racismo, bem como o aparelhamento desse órgão no sentido de não fazê-lo funcionar podem comprometer as conquistas históricas, além de enfraquecer os movimentos organizados da luta do povo negro quilombola.

O povo negro e as comunidades remanescentes de quilombo conquistaram o direito à titularidade das suas terras, através das mudanças legais conforme determina a Constituição - Federal pela Carta Magna de 1988. Estas comunidades se formaram antes e depois da abolição da escravidão e apresentam um problema em comum: que é a busca de seus direitos o título de suas terras é sua luta diária, das comunidades considerada quilombolas, tiveram também garantido o direito a manutenção de sua cultura própria através dos artigos 215 e 216 da

constituição, essas foram as primeiras conquistas do povo negro. Para tanto, no que diz respeito a Constituição Federal, “observa-se mudanças legais e institucionais essenciais para reestabelecimento de garantias para com a população” (SILVA, 1994).

A política de regularização dos Territórios quilombola veio através do Art. 68, tendo como marco legal os Atos de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Essa política de regularização fundiária de quilombo é regulamentada atualmente pelo Decreto 4.887/2003, cabendo ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão estadual e municipal, a execução concorrente dessa ação fundiária. Também é bom ressaltar que a partir de 1988, promulgou-se a Lei 7668 de 22 de agosto, que tratou da criação da Fundação Cultural Palmares (FCP). “Estabelecendo por meio do artigo 1º que a finalidade da instituição seria de preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. (PASSOS, *et al*, 2018 p. 61).

No ano de 2003, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva criaram-se os projetos de moradias como Minha Casa Minha Vida Rural¹⁰ e o Luz para Todos¹¹ que conseguiram atender a grande parte das comunidades quilombolas. Esses projetos foram fundamentais para a garantia do direito a uma moradia digna e o acesso à energia elétrica. Essas políticas públicas foram pioneiras no sentido de priorizar uma população historicamente excluída dos governamentais e dos projetos de desenvolvimento do país.

Outro avanço mais no sentido de valorização da cultura e identidade afrodescendente no país foi, a lei 10.639/2003 que prevê o ensino da cultura afro-brasileira indígena nas escolas públicas, visando a redução dos danos causados pela escravidão, e a consequente exclusão social e identitária da população negra, bem como trazer um outro olhar para os fazeres culturais e sociais, destas populações, que historicamente tiveram suas histórias contadas por seus algozes. Ainda neste sentido, é importante citar a lei 11.645/2008 que endossa o ensino da cultura indígena nas escolas com o intuito de minimizar as lacunas históricas que foram estabelecidas.

Em se tratando do campo da educação, é válido salientar a importância das políticas de

¹⁰ O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), (BRASIL, Lei nº 12.424/2011).

¹¹ Ao se relacionar a energia elétrica ao desejo de avanço em termos de desenvolvimento esperado pelo Brasil, surgiu o programa Luz para Todos, que procura promover a inclusão social das famílias rurais de baixa renda por meio do fornecimento dos serviços de distribuição de energia, sempre seguindo alguns requisitos. O programa Luz para Todos é uma política pública federal coordenada pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizada com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e de suas empresas (FREITAS e SILVEIRA, 2015, p.179).

cotas nas universidades que visam à inserção de pessoas pretas e pardas, e principalmente aquelas que vivem em comunidades quilombolas, no meio acadêmico. A Fundação Cultural Palmares nasce de uma perspectiva de reparação histórica das mazelas vividas pela população negra deste país, fundação essa que tem como símbolo o machado do Orixá Xangô, que para as culturas africanas representa a própria justiça, e foi com o intuito de fazer justiça que a entidade supracitada foi criada. Justiça ao falar sobre essa população a partir dos seus fazeres e modos de vida. Justiça ao apontar que existiu e existem intelectuais negros/as. Justiça ao dizer que há uma outra história população negra antes, durante e após a escravidão.

Neste sentido, a Fundação Cultural Palmares sempre teve a sua frente figuras de grande relevância para a difusão da cultura negra, contudo, em novembro de 2020 a presidência da fundação foi dada ao jornalista Sérgio Camargo, que desde então assumiu uma postura de desmonte da mesma, taxando o seu acervo com terminologias esdrúxulas e que não condizem com a real importância das obras. Em entrevista à jornalista da Carta Capital, Sérgio Camargo diz que não existe racismo estrutural no Brasil e que não há fundamentação para afirmar algo nesse nível, e foi duramente criticado por essa fala, dentre tantas outras na sua tentativa de deslegitimar as construções e conquistas históricas do movimento negro organizado. Em conferência realizada em 2021, a Organização das Nações Unidas teceu críticas aos posicionamentos do então presidente da fundação, apontando disparidades entre o foco da instituição e que tem sido feito por ele (ONU, 2021).

Em se tratando das demarcações de terras, é importante apontar que durante o início do governo Bolsonaro, o esforço pelas demarcações caiu significativamente. Em 2019, foram emitidas 70 documentações. Em 2020, ano que contou com Camargo integralmente à frente da fundação, os números caíram para 29, o que gera um impacto social nas comunidades quilombolas que estão tentando a certificação dos seus territórios.

E é a partir deste campo de disputas ideológicas que as batalhas são travadas. Historicamente os quilombos se constituem enquanto espaços onde os processos decisórios atravessam toda a comunidade, como forma de democratização das decisões políticas. Contudo, a matrilinearidade sempre foi bastante presente desde o surgimento dos quilombos até a atualidade, Dealdina (2020) aponta que:

As lutas das mulheres quilombolas entrelaçam as lutas de resistência dos quilombos no Brasil. Historicamente seguimos os passos que vêm de longe com Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Maria Aranha, Zacimba Gaba e tantas outras mulheres importantes para a continuidade da luta atualmente. (DEALDINA, 2020, p. 37).

E espelhando nessas mulheres e em tantas outras anônimas do país, que nós, mulheres quilombolas, lutamos contra a invisibilidade da nossa luta contra o racismo, contra o machismo e contra todo tipo de discriminação e violência desta sociedade injusta, racista e desigual. “Muitas mulheres quilombolas ocupam os cargos de presidentes das associações, federações e de liderança no quilombo” (DEALDINA, 2020). Dessa forma, as mulheres quilombolas sempre foram potencializadoras dos arranjos políticos em suas comunidades, sendo propulsoras das ações e ocupando lugares estratégicos de modo a garantir a visibilidade das suas comunidades.

É fundamental escurecer, neste texto, que a luta de mulheres e homens nestes territórios negros e de construção simbólica própria, enfrenta e acumula lutas ancestrais que não se dissipam. A coletividade, que faz parte da genética destas construções espalhadas pelo Brasil, se inserem na ideia de associativismo, tão reverberada hoje, inclusive sob a lógica eurocêntrica e branca. As lutas e as conquistas de meu povo se fizeram e se farão sempre com a coletividade, feita de uma forma estreita com os princípios da formação política e humana, da organização através das religiosidades e das ligações com uma história silenciada e negada e buscando, inclusive, estratégias por dentro dos aparelhos do Estado e das rupturas iminentes aos movimentos sociais.

Ao observarmos a partir de meu quilombo e de tantos outros, vemos diariamente a necessidade de reafirmar e lidar com ganhos e perdas. Conquistas feitas à base de muito diálogo e de muitos gritos, se somam ao conservadorismo que toma conta do país e nos delega a volta ao invisível, lugar que jamais aceitaremos. Aliás, nunca aceitamos. Trazer, portanto, uma narrativa cujas letras em preto colocadas num papel branco, a partir de uma mulher preta, é reforçar que sobressairemos, essa é pauta e movimento de luta.

3. QUESTÕES DE GÊNERO E ASSOCIATIVISMO NOS QUILOMBOS ENTRE OS ACHADOS E MINHAS VIVÊNCIAS.

Para que houvesse um estudo mais contundente sobre o surgimento da titulação dos territórios quilombolas, Passos, *et. al* (2017, p. 67) afirmam que, no século XIX possuía maior número de população escravizada, lideram em número de processos abertos para solicitar a titulação dos territórios quilombolas (PASSOS, *et al*, 2017). Devido ao número em nosso estado foram surgindo os quilombos em nossa região, semiarida fugidos da região do Recôncavo Baiano para as terras longínquas.

Segundo a Comissão Pró-índio (2020), os quilombos se constituíram de uma grande veracidade de processo que incluía as fugas de pessoas escravizados para terras livres e geralmente isoladas. Foi quando começaram a surgir os aldeamentos jesuíticos. E quando acabou esses aldeamentos os jesuítas foram embora e essas pessoas ficaram entregues à violência dos fazendeiros e muitos negros corriam e formavam as comunidades (quilombos), é o caso do meu quilombo. Então essas comunidades existiam com a conivência de alguns fazendeiros que utilizavam de mão de obra e usavam também para se proteger de invasão de outros fazendeiros, uma série de relações que existia entre eles.

Na história do quilombo Curral de Fora é visível que os negros que fugiam eram extremamente organizados e se protegiam, então formavam-se comunidades e foram se integrando as atividades de curral, e com isso surgiu os currais e os negros iam trabalhando por ali mesmo. Observando o nosso município as maiores fazendas ficam em um lado oposto das comunidades que são certificadas como remanescente de quilombo. A parte onde ficam as comunidades quilombolas é dividida em pequenas quantidades de terras e lotes, mesmo nesta pequena terra eles trabalhavam, produziam e realizavam trabalhos coletivos. Cada um tinha seu roçado onde o homem trabalhava na roça, caçava e protegia a família e a mulher cuidava do marido dos filhos nas tarefas domésticas e trabalhava na roça.

Lembro-me que quando criança, na década de 1980 e início da década de 1990, as tarefas eram divididas em toda parte nas tapas de casa, (construção de casa) onde os homens cavavam os buracos, colocavam as peças nos buracos para formar o desenho da casa, subiam para colocar a cumieira e envarava a casa e faziam o masseiro. As mulheres iam buscar água na fonte para amolecer o barro, as crianças ajudavam a pisotear o barro no masseiro e ajudava na entrega do barro já pronto para tapar as paredes e quando terminava de fechar as paredes juntava homens, mulheres e criança para aterrar a casa.

No passado, e até os dias de hoje, nas plantações, por exemplo, existia o chamado *digitório*, como relatei, que são os momentos em que as famílias se juntam para ajudar plantar e arrancar o feijão, a mandioca e a quebra de milho, na colheita também. Nas plantações o homem cavava a terra e as mulheres, jovens mulheres, e crianças plantavam, para plantar e arrancar a mandioca, os homens cavavam a terra e as mulheres plantavam; na arranca da mandioca, os homens arrancavam e as mulheres quebravam e para juntar essas raízes o trabalho era coletivo. As casas de farinha serviam como o espaço para a "raspa" da mandioca e conseqüentemente com o lugar de propagação cultural e de socialização. Para as comunidades quilombolas o princípio do coletivo é balizar e representa um lugar de união.

O mesmo processo acontecia com o milho só na hora do processo da retirada dos grãos e na raspa da mandioca que juntava todos os homens, mulheres e crianças para colocar no lugar específico. Só tinha uma hora que o trabalho era só das mulheres era quando iam buscar pindoba (palha de ariri), lavar roupas na fonte e quando uma mulher ia dar à luz, o homem só chamava a parteira e todo trabalho era das mulheres.

As abordagens de gênero proporcionam uma perspectiva que permite vislumbrar novos significados e novos horizontes, ao passo em que ajudam a compreender de que maneira a construção das relações sociais tem apresentado fragilidade na criação de estratégias que permitem transformá-las em experiências equitativas entre mulheres e homens.

As divisões sexuais do trabalho não são produtos do instinto biológico, e sim construções sociais. Ser homem ou ser mulher é o resultado da combinação de fatores de ordem econômica, social, política, étnica e cultural que contribuem de forma diversas da maneira como pensamos e como nos comportamos e atuamos enquanto homens e mulheres. (MIES, 2016)

No caso das mulheres, em particular, ainda pensamos nas mulheres como fêmeas das espécies, definindo o mundo das mulheres a partir da constituição biológica. A ideia que as mulheres podem gestar, dar luz, e amamentar filhos, têm atribuído às mulheres essa responsabilidade pelo cuidado e pela educação das crianças como se fosse uma extensão da sua condição biológica. Portanto, uma maternidade biológica é atribuída uma atividade de maternidade social que se estendeu ao conjunto de atividades como lavar, cozinhar, varrer, costurar, e toda uma série de trabalho que compromete durante boa parte do tempo das mulheres. Assim, em diferentes sociedades e em diferentes momentos históricos vão se organizar sobre em algum tipo de divisão de faixa etária ou sexual do trabalho. Mas é no contexto capitalista que se torna mais nítida a divisão e processo de hierarquização de atividade relacionadas a produção e a reprodução o capitalismo vai separar aquilo que é chamado de atividade produtiva das reprodutivas (ESTENSSORO,2003).

A tabela abaixo apresenta dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca das dualidades encontradas no campo, no que se refere a participação de produtores rurais por sexo, revelando de certa forma a divisão social do trabalho caracterizada pela hierarquia de gênero.

Tabela 01: Participação dos trabalhadores rurais por sexo.

SEXO	2006	2017
MASCULINO	4.519.381	4.110.450
FEMININO	656.255	946.075

Fonte: Censos agropecuários 2006 e 2017/IBGE, 2021.

Historicamente, o fazer feminino no campo foi invisibilizado pelas hierarquias de gênero, contudo, nos últimos anos houve uma ascensão significativa de mulheres, como podemos observar na tabela 01. O número de mulheres produtoras rurais passou de 656.255 no censo agropecuário de 2006 para 946.075, um aumento de cerca de 30% e uma significativa redução da participação masculina. Essa crescente participação feminina vai além de meros números quantitativos, representando, também, uma maior participação à frente de cooperativas e empreendimentos associativos, isso se deu pela ruptura dos estigmas sociais, que sempre definiu lugares para os gêneros e como esse gênero deve se comportar.

3.1 O associativismo como espaço de luta e reconhecimento do papel da mulher quilombola.

O associativismo, como organização dos indivíduos em grupo para garantir a sobrevivência, surgiu nos primórdios na humanidade quando o homem sentiu a necessidade de viver em grupo pela sobrevivência, para pescar, caçar, colher frutos e outros alimentos e para defender o grupo. Observa-se que é da natureza dos seres humanos a vida do trabalho em cooperação, haja vista que ao longo da história, o ser humano evoluiu da vida individual para o convívio com outras pessoas e em grupo. Assim, no decorrer da história, começaram a surgir as tribos, onde as pessoas perceberam que unidos facilitava o trabalho em cooperação, poderiam assim, obter resultados positivos, já que as atividades eram realizadas com maior facilidade.

O associativismo, numa conceituação mais contemporânea, referente-se à prática social da criação de associações, como entidade jurídica formais ou informais, reunindo pessoas físicas ou organizações para representação e defesa de interesse dos associados (SALMOM, 2009). Nas comunidades quilombolas, o associativismo tem sido uma alternativa para uma maior democratização das discussões e decisões. As mulheres quilombolas, por exemplo, encontraram uma maneira independente de trabalhar com um objetivo comum e expectativa de beneficiar todos.

Quando os associados alcançam esses benefícios, como a realização de projetos, oficinas para aperfeiçoamento do artesanato, entre outros, formam-se grupos capazes de trabalhar e transformar a realidade introduzindo novos conhecimentos e formando perspectivas de sustentabilidade e desenvolvimento local. As associações comunitárias quilombolas são entidades que agrupam homens e mulheres no sentido de pensarem e agirem de forma

coletiva a vida em grupo e a luta pelo reconhecimento, pela garantia dos direitos, pela valorização de sua cultura e de sua identidade.

Falar do associativismo na vida das mulheres quilombolas é voltar o olhar para a resistência dos povos quilombolas, é testemunhar e aprofundar diálogos, saberes e fazeres como uma forma de organização e gestão da produção pelas próprias mulheres associadas, que por meio dos grupos de produção melhoram os relacionamentos entre o mercado e com a sociedade local. Diante desta realidade o associativismo se apresenta como alternativa para ajudar vários grupos não só de mulheres, mas como: assentados da reforma agrária e pequenos produtores rurais.

O trabalho da mulher nos quilombos é como uma atividade barata onde muitos veem seu trabalho produtivo como ajuda a seus companheiros, reproduzindo muitas vezes a sociedade patriarcal. No entanto, nos quilombos de Curral de Fora e Vila Nova as mulheres acharam uma forma de ter seus próprios recursos, passaram a investir no trabalho em grupo construindo assim, o seu jeito do trabalho coletivo como na construção do chapéu de palha, fabricação de polpas de frutas, hortacomunitária. As mulheres vão para o mato em conjunto daí vem todo o processo da construção do chapéu, umas trançam, outras costuram, outras vendem.

Outra forma que as mulheres encontraram para trabalhar em coletivo foi o quintal de suas casas, o chamado quintal produtivo onde em um pequeno espaço a partir do manejo dos recursos naturais elas trocam sementes, adubo, plantam e criam seus animais. Para Santos (2020, p. 135) historicamente, foi a mulher quem planejou, implementou e quem cuida até os dias de hoje do quintal que de forma silenciosa alimenta suas famílias. Com esse trabalho elas podem cuidar de seus filhos, tomar conta de sua casa e dos filhos daquela mulher que vai comercializar os excedentes numa espécie de feira livre e vão passando seus saberes ancestrais.

Nesse sentido, serão apresentados as análises e resultados dos textos selecionados para a pesquisa. Os trabalhos de pesquisas foram realizados em seis municípios baiano nos diferentes territórios de identidade: Baixo Sul, Metropolitano Salvador, Bacia do Jacuípe, Sisal, Sertão Produtivo e Portão do Sertão, como mostra o mapa abaixo. Têm como objeto do estudo as mulheres quilombolas nos territórios de identidade da Bahia.

Para a descrição dos trabalhos selecionados, irei usar uma sigla T e um número correspondente de 1 a 6, método de indicação utilizado para as identificações dos textos.

Figura 3: Distribuição dos trabalhos selecionados por cidades e territórios de identidades baiano



Os trabalhos analisados tiveram como espaços de pesquisas, associações quilombolas representadas por mulheres negras (T1, T3, T4, T5). Empreendimento econômico solidário com mulheres quilombolas (T6) e Coletivo de artesãs (T2). Os trabalhos tiveram como delineamento as relações das mulheres com as famílias/esposos e filhos, com o trabalho agrícola e agroecológica (T5 e T6), e a produção do artesanato (T1, T2, T4), políticas públicas (T3), além do protagonismo e a representatividade da mulher negra quilombola nos movimentos solidários (T1, T2, T3, T4, T5 e T6).

Os trabalhos pesquisados apontam questões diferenciadas de acordo com suas especificidades, dentre eles: T1: a importância das mulheres e os desafios enfrentados diariamente; T3: o protagonismo da mulher quilombola; T3: os impactos das políticas públicas social no fortalecimento dos movimentos de mulheres; T4: As experiências de organizações mulheres quilombolas; e T6: a implantação de unidades demonstrativas de quintais agroecológicos lideradas por mulheres.

Como resultados encontrados, podemos destacar que: as mulheres negras de comunidades rurais e quilombolas tem enfrentado um grande desafio ao serem contemplados mediante as políticas públicas e programas sociais. Além disso, tem se mostrado um momento crítico em relação as políticas nas vidas das mulheres quando se refere a autonomia social e financeira, a desigualdade de gênero, o acesso a terra e ao crédito, além das inovações tecnológicas de produção. São as principais afetadas em relação aos benefícios recebidos (T1 e T3) que precisam ser superada através de garantias de direitos sociais e econômicos. Diante disso, em relação aos benefícios de políticas públicas e programa sociais a ACASSARQA, mulheres e famílias da comunidade não é beneficiada, portanto, para conseguir um desenvolvimento

apto para a comunidade, os benefícios acessados são insuficientes (T4). Os quilombos têm um forte público em participações femininas, as associações são lideradas por mulheres, caracterizados pelo desenvolvimento das práticas agropecuária. Ademais, as mulheres têm enfrentado objeção na produção e comercialização. Mas, considerou que, com criação de um grupo exclusivamente desenvolvido por elas, contribuirá na geração de renda (T5). O trabalho coletivo da Cultarte no Cabula tem contribuído na autonomia e no empoderamento das mulheres a qual tem possibilitado a visibilidade dos espaços coletivos, como também a suplantação da vulnerabilidade.

As mulheres quilombolas tem conseguido emancipação com suas fontes de renda através do desenvolvimento do campo e políticas públicas. No entanto, o empoderamento feminino é visto com a implementação do quintal agroecológico, devido a liberdade das tomadas de decisões. Outro aspecto importante é que os homens são convidados nestes espaços apenas para contribuir, ajudar em algo, mas não para decidir (T6).

Código dos artigos	Autores(as)	Título	Palavra-chave	Tipo de estudo/ técnica de coleta	Tipo de artigos	Participantes
T1	SILVA, Egnaldo Rocha da (2014)	Mulher, Negra e Quilombola: Sobrevivência e Cotidiano na Comunidade de Lagoa Santa, Ituberá-Ba.	Gênero; Identidade étnico-racial; Comunidade remanescente quilombola.	Pesquisa narrativa. Realização	Artigo	Mulheres quilombolas, Homens (esposos)
T2	SILVA, Iris Vanessa de Souza (2021)	Mulheres de luta: o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA através das políticas públicas sociais	Gênero. Feminismo. Movimento de Mulheres. Políticas Públicas. Políticas Sociais.	Etnográfico como suporte metodológico; qualitativo; utilizando aparato bibliográfico, análise documental, entrevistas e questionários.	Dissertação	Associação de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira e a Associação Mulheres em Ação
T3	SANTOS, Vitoria Carmo dos <i>et al</i> (2018)	Mulheres Quilombolas e Suas Experiências de Organização - Sítio Santana, Lamarão/Ba	Comunidade Quilombola, Artesanato, Associação	Estudo qualitativo; entrevista semiestruturada e visita técnica	Artigo	Mulheres Quilombola e Homens (esposos)
T4	PEREIRA, Hegair das Neves <i>et al</i> (2020)	A mulher quilombola sob uma perspectiva rural	Comunidades Quilombolas; Relações de Gênero; Agricultura Familiar; Agroecologia.	Qualitativa, ferramentas do Diagnostico participativos, linha do tempo, calendário agrícola entrevista semiestruturada, oficina participativa.	Artigo	Mulheres quilombolas e lideranças da comunitárias
T5	PEREIRA, Izabel Santos (2018)	Quintal Agroecológico: Em (um) Empreendimento Econômico Solidário com Mulheres Quilombolas	Quintal agroecológico. Quilombo. Mulher.	Diagnóstico Rural Participativo- DRP, onde aplicamos os instrumentos, árvore de problemas, calendário agrícola e omapa da comunidade	Artigo	Mulheres do grupo de Empreendimento Econômico Solidário 7 Damas

Diante do exposto, os trabalhos pesquisados pelas universidades, demonstram um papel fundamental das mulheres nos empreendimentos solidários, no trabalho agrícola, movimentos de mulheres, processos de produções artesanais e nas associações, a qual vem contribuindo no fortalecimento e desenvolvimento feminino, incentivando na autoestima e independência financeira como forma de fomentar o protagonismo da mulher quilombola.

De modo geral, quanto aos trabalhos desenvolvidos pelos movimentos de mulheres estão: a produção e comercialização de artesanatos de barros e piaçava, a produção do trabalho agrícola. Em relação as lideranças das organizações, são representadas por mulheres, e somente uma tem como liderança, o homem. Ou seja, as organizações são autogeridas pela figura feminina.

Além das atividades da organização, as mulheres também têm os afazeres domésticos a qual algumas delas têm relatado as dificuldades de estar nas atividades da associação e da casa, devido a responsabilidade de cuidar de filhos pequenos. Algumas delas recebe algum tipo de apoio dos maridos, mas não é o suficiente, visto que, o trabalho da mulher é duas vezes maior que a do homem (T1, T2, T3, T4, T5). Para tanto, de acordo com Silva (2014), nem sempre as tarefas do lar são repartidas pelos maridos, é aí que algumas dessas mulheres acabam se afastando dos movimentos sociais.

Para a inclusão e a permanência em associações, as convivências de amigadas e companheirismo tem sido uns dos fatores muito significante para o grupo de mulheres. Visto que, assim, para lidar com as dificuldades do dia a dia em que desenvolve diversas atividades, as mulheres das comunidades têm contatado com a solidariedade dos vizinhos.

Para mais, com o trabalho nas associações, ou prestação de alguns serviços adicionais, os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos e maridos, as mulheres ainda têm a responsabilidade de trabalhar no cultivo da terra. No período do inverno estão no campo junto com seus maridos na plantação de feijão, mandioca, milho, quiabo, batata, hortaliças, melão, cebola, pimentão, aipim entre outros, práticas que as comunidades mais produzem. Além de ser consumidas pelas famílias, “servem de “moeda de troca” com os vizinhos que produzem outros alimentos”, e garante “um complemento na renda das famílias na venda do excedente nas feiras livres, de porta em porta na forma de encomenda semanal” (SILVA, 2021, p 128). As mulheres chegam a ter uma maior jornada de trabalho em relação a dos seus companheiros, que só trabalha para a sustentação da casa, enquanto a mulher tem atividades fora e dentro do lar (T1, T2, T3, T4 e T5). São lutas constantes que as mulheres das comunidades têm enfrentado na busca de sobrevivências e melhores condições de vida a qual elas têm permanecido firmes e

fortes nesses movimentos.

Além das atividades domésticas, o campo é extensão da casa e mesmo protagonizando avanços no desenvolvimento rural, as mulheres enfrentam uma tripla jornada de trabalho que gera, entre outras consequências, carga mental e seu esgotamento físico e psíquico. (PEREIRA, *et al* 2020, p.1)

A sobrevivência das mulheres se processa através da agricultura familiar, de criações de animais de pequeno porte, além de plantios de feijão, milho, mandioca, batata, abóbora, quiabodentre outros, como forma de garantir a alimentação a população local, além de renda na comercialização dos seus excedentes (T4).

Já Silva (2014) relata que para suprir as necessidades e complementar a renda da família, as mulheres com a lida da mandioca e seus derivados como a tapioca, o beiju, a farinha e a goma têm vendido em feira livre do município de Ituberá ou até mesmo oferecidos aos atravessadores, como forma de colaborar com seus companheiros. Mesmo com a contribuição das mulheres na renda familiar, entretanto, “quem administra as finanças e cuida do dinheiro é o homem: “O marido é quem administra tudo” (SILVA, 2014, p. 55). Neste contexto, o trabalho das mulheres nunca é reconhecido pelos seus próprios companheiros como parte da renda familiar. A piaçava e a mandioca são os principais produtos na produção de farinha e derivados cultivado e comercializado pela comunidade.

Santos *et al* (2018) destaca as fabricações de cerâmica feitas por mulheres sem nenhum uso de maquinários, ou seja, são feitas a mãos: pratos, potes, frigideiras, tachos, panelas, potes caqueiros etc., torna um trabalho lento. A comercialização acontece em feiras livres na localidade e municípios vizinhos.

Para além disso, o que tem mais gerado renda são os produtos que é revendido nos espaços públicos, época de verão em praias baianas. Esta época os maridos se deslocam para estas regiões, enquanto as mulheres ficam na comunidade produzindo cerâmicas e cuidando da família neste contexto, as artes feitas de cerâmica são de particularidades das mulheres e passada de geração para geração, pelo mando feminino. As fabricações de cerâmica são feitas por elas sem nenhum uso de maquinários, ou seja, são feitas a mãos como: pratos, potes, frigideiras, tachos, panelas, potes caqueiros etc, torna um trabalho lento. A comercialização acontece em feiras livres na localidade e municípios vizinhos (T3).

De um modo geral, as mulheres têm passado para futuras gerações os saberes e as práticas tradicionais como forma de dar continuidade aos conhecimentos antepassados. No que se refere as ações desenvolvida pelas organizações, as mulheres têm participado de projeto de

intercâmbios de saberes, cursos de agroecologia e de formação de culinária, artesanatos, pinturas, oficinas, palestra, reuniões, marcha das mulheres negras, produção de remédios caseiros, projetos de melhorias da infraestrutura, e outros. Essas ações contribuem para o fortalecimento feminino, a independência e autoestima das mulheres. (T1, T2, T3, T4 e T5)

De modo particular, o empreendimento de economia solidaria tem como participação a figura feminina na produção de doces, comporta, licores e geleias, como modo de complemento na renda familiar. A produção é fornecida pela matéria prima das propriedades das mulheres Sete Damas, são encontrados nos quitais para produção as frutas: caju, acerola, umbu, jenipapo, tamarindo etc.

Para a promoção de desenvolvimento e fortalecimento das comunidades quilombolas, também destaca as políticas públicas e programas sociais que são essenciais para o fomento do trabalho feminino e autonomia.

Quanto as questões de gestão públicas as mulheres sofrem pela deficiência delas, a exemplo da falta de transporte adequado para os filhos, a falta de atendimento médicos e os fechamentos de escolas nas comunidades. O único apoio que as famílias e mulheres da comunidade recebem é as políticas públicas e programas sociais existente como, o auxílio-doença, o bolsa família, Seguro Safra e aposentadoria, apontadas como as principais fontes de rendas das mulheres, além das políticas de distribuição de renda e venda do dia de trabalho. Santos et al (2018). No entanto, Santos *et al* (2018) com a ausência de conhecimento em relação a programas governamentais e a falta de sujeitos para fazerem projetos, a escassez de editais, a associação de grupos de mulheres rurais e comunidade quilombola deixa de receber algum tipo de auxílio.

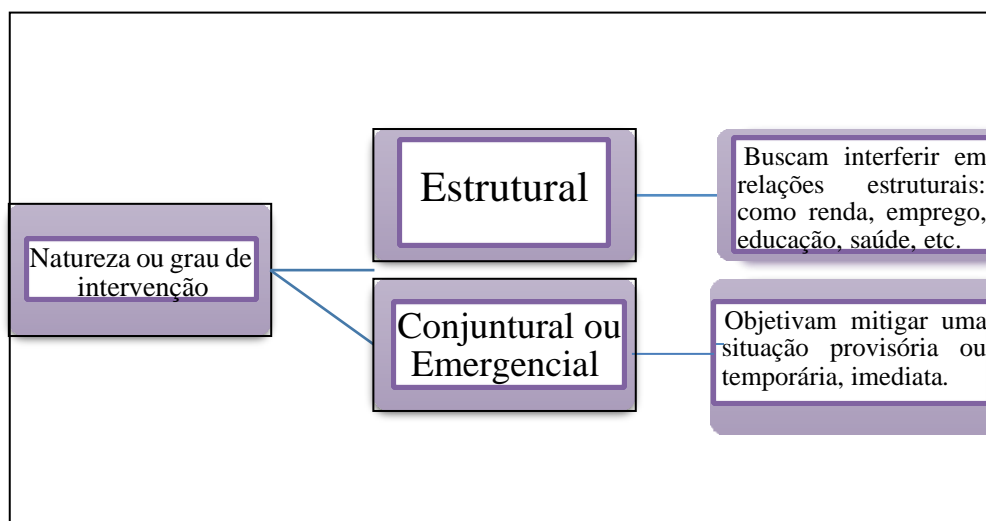
Para além disso, Silva (2021) destaca as políticas públicas nas vidas das mulheres, que conseguiram melhorar, após terem participados de projetos e programas sociais como, kit's de produção de criação de aves, caprinos e ovinos, kit's de plantio de palma, auxílio emergencial durante a pandemia, Programa Universidade para Todos - PROUNI, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR (p. 127).

Outrossim, Silva (2021) destaca que a entidade tem incentivado seus associados a participarem e se cadastrarem em programas e projetos sociais dos governos, a exemplo do Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Programa Cisternas, entre outros. Uma forma de motivar as mulheres a buscarem os direitos sociais para o fortalecimento da comunidade. De acordo com Silva (2021, p.26) “as mulheres não eram destinadas os espaços públicos, apenas o restrito espaço do lar, da família, do privado”.

As políticas públicas são formas de garantir direitos e buscar o bem-estar social da família, assim como, contribuir no fortalecimento dos movimentos sociais, principalmente, representadas por mulheres negras quilombolas que luta diariamente pela sobrevivência e o bem-estar social.

Neste sentido, (T2) elabora uma série de questões importantes para pensar nas diversas formas as quais mulheres negras quilombolas se colocam como provedoras e as interconexões dadas à dependência *versus* autonomia que estas políticas provocam. Ao pensarmos no Bolsa Família¹² (atualmente chamado de Auxílio Brasil), alocada na tipologia emergencial (ver Figura 4 abaixo).

Figura 4 - Natureza ou grau de intervenção das Políticas Públicas



Fonte: Elaboração própria (2020). Adaptada de CRUZ, 2016, p. 52

Desta forma, é possível perceber que a titularidade, desde os momentos iniciais da política, até atualidade, de estar em nome das mulheres, para que deste modo, a utilização da transferência monetária seja utilizada em prol de toda a família. O T2 não adentra no debate acerca da feminilização do enfoque dos programas sociais, porém, suscita uma reflexão necessária em pesquisas que se voltem a refletir sobre mulheres, é atentar para a construção histórica dos papéis e tarefas sociais serem divididos a partir do gênero, onde cuidar e gerir a família acaba recaindo sobre as mulheres. Importante destacar, também, que políticas de tipologia emergencial, também são reflexos das estratégias frágeis (em termos de mudança

¹² Programa Bolsa Família - PBF. O PBF foi instituído através da Lei nº 10.836 em 09 de janeiro de 2004, oriundo da Medida Provisória de nº 132/2003. A Lei foi sancionada pelo então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato (2003-2006).

significa nas estruturas sociais) que garantam a autonomia das mulheres. De todo modo, mesmo que haja uma dependência histórica estas políticas, elas mobilizam a economia local e propiciam a gestão doméstica inclusive de mulheres que são mãe e com estado civil solteiras, algo muito presente atualmente.

Pensar então, em pesquisas que envolvam o associativismo/cooperativismo e gênero, sobretudo em comunidades quilombolas, é desvelar em que contextos essas mulheres acessam políticas emergências ou até mesmo as estruturais (Cisternas, Minha Casa Minha Vida, entre outras), e como elas compõem a renda familiar a partir da participação nestes espaços associativos. Pensando na ideia de emancipação, estes espaços produzem autonomia, participação, autoestima, segurança social e articulação a outras fontes de renda que tornem possíveis, a estas mulheres, se priorizarem nos seus sonhos e objetivos materiais.

Gostaria de destacar, neste sentido, em T3, como o artesanato, atividade presente em grupos com mulheres, se coloca na promoção da renda. Para as autoras, as mulheres do meio rural são “responsáveis pelas tarefas domésticas, atividades de cuidado com outras pessoas, confecção/conserto de roupas, artesanatos, fabricação de remédios caseiros e alimentos” (p. 180), o fazem na perspectiva da renda, seja na perspectiva de obter o dinheiro ou de economizar o dinheiro que já se tem. Além disso, recriam no entorno da casa, espaços onde hortaliças, medicinais, pequenos animais, onde notadamente se configuram como espaço do feminino em oposição ao espaço masculino (mais amplo). Entendo, por observar no meu entorno pessoal, que quando isso ocorre, se construiu o discurso de que “a mulher ajuda” quando presente nos espaços masculinos, o que revela o machismo estrutural, onde as mulheres são invisibilizadas ou diminuídas em seu potencial produtivo.

No que concerne as mulheres negras rurais, ainda afirmam, e eu concordo, que possuem ainda mais desvantagens sociais:

a) a educação, em que o acesso ao ensino básico, médio e superior é menor se comparado aos índices de anos de estudos de mulheres não negras; b) o matrimônio, visto que a sociedade brasileira construiu a idealização de que mulheres brancas são para casar e as negras para o sexo, desse modo, a solidão afetiva das negras é um fenômeno presente nas suas vidas; c) a estética, desde que o ideal de beleza no nosso país é eurocêntrico (p. 182).

Ao tratar do município de Lamarão, que está ao lado, em termos de fronteiras, de Serrinha, T3 sinaliza que as duas associações encontradas na comunidade quilombola (Associação Comunitária de Sítio Santana e Associação Comunitária de Artesãs da Comunidade Remanescente de Quilombos do Sítio Santana) se dividem entre a primeira ter

presidência masculina e a segunda feminina, onde a segunda trabalha com a arte com o barro e revelam o papel do saber tradicional e geracional (que gera preocupação sobre quanto jovens se interessarão por esses saberes e práticas) e o quanto essa associação feminina se compõe, na renda das associadas, feito pelo que vendem em termos das cerâmicas em complementação com o Bolsa Família, Garantia Safra e aposentadorias.

Desta forma, se sobrepõem a não valorização do trabalho artesanal entre os(as) consumidores(as), a invisibilidade das mulheres negras enquanto trabalho produtivo e, por fim, a dificuldade de sobrevivência a partir de atividades ancestrais e que possibilitam uma melhor gestão do tempo por conta dessas atividades outras que envolvem as mulheres nos espaços domésticos. Eu vejo isso no meu quilombo no que concerne o trabalho artesanal com a palha de ariri e a dinâmica se assemelha às dificuldades apresentadas em Lamarão, no T3. Essa lógica é estrutural e opressora.

Podemos perceber, neste caminho, em T4, tratando sobre Palmas de Monte Alto, no sudoeste baiano, de forma complementar, como o fechamento em duas escolas do campo que atendem comunidades negras rurais, para além do óbvio impacto educacional, uma questão que não tratarei aqui, influencia na gestão do tempo e das ações das mulheres mãe ou que são tias e avós. O desaparecimento destas escolas que estão próximas destas famílias, sobrecarregam os cuidados com as crianças que muitas vezes precisam serem levadas por elas a pé ou de moto/bicicleta, no caso de quando elas conseguem ainda as alocar em escolas. Quando elas não são matriculadas, ficam aos cuidados delas o dia inteiro, o que dificulta o trabalho, por exemplo.

Essa questão, demonstra o quando se sobrecarrega mulheres, nas dinâmicas dos cuidados e de suas interações com o mundo do trabalho. Problematizar o papel dos homens e suas ausências e potencializar ações que objetivem a sua reflexão e mudanças de ações também são fundamentais.

De forma geral, os trabalhos se colocam nesta perspectiva problematizadora dos papéis de mulheres negras historicamente construídos e nas consequências sociais e econômicas decorrentes disso. Destaco aqui a importância de pesquisas no que tange o curso de gestão de cooperativas, que problematizem, reposicionem e interajam como essas questões que envolvem o gênero e as questões étnico-raciais. As questões que ficam, a partir da leitura destes trabalhos orbitam os papéis a serem reestabelecidos, a pertinência do fortalecimento de um associativismo e cooperativismo feminino e negro, da conjugação das políticas sociais com o fortalecimento de ações que envolvem a autonomia, da crítica propositiva ao papel do homem nesta invisibilização e violência à mulher no lugar de mãe e também de trabalhadora, nas

transformações necessárias no mundo do trabalho e do consumo, no que concerne à valorização da mulher negra, e quilombola, vistas como produtoras de trabalho, serviços e guardiãs da ancestralidade e, por fim, das minhas conexões e de tantas outras a subverter as estatísticas colocadas acima em T2, de “furar a bolha” e conseguir acessar o ensino superior. O sentimento de muito a fazer é imperativo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu nasci num Território símbolo da luta do povo preto pela liberdade e pela posse da terra. O meu Quilombo Fazenda Curral de Fora no município de Água - Fria, estado da Bahia, um lugar sagrado onde negros livres e fugidos das fazendas de gado e do Recôncavo Baiano puderam exercer sua cultura, sua religiosidade, às suas margens do rio Paracatu, onde apesar do clima semiárido, era possível encontrar água e produzir na terra.

Água-Fria é um município marcado historicamente pela existência de comunidades indígenas, aldeamentos jesuíticos e quilombolas. Sua população é de maioria negra e mística é a principal característica dos processos históricos que constituíram as relações entre indígenas, brancos e negros ao longo do tempo. Apesar desses elementos étnicos marcantes, da arquitetura da igreja católica, datada do século XVIII, que, pela sua importância, revela a importância da antiga Vila de São João Batista de Água Fria, a história do município carece de estudos aprofundado que comprovem a existência e a formação de comunidades quilombolas em seu Território. Estudos que caracterizem as relações com indígenas, os conflitos com fazendeiros e o papel desses grupos na constituição histórica, nos hábitos e na identidade dos munícipes. Acredito que no passado foi um local de sofrimento, dito pelos meus avós e sentido até os dias atuais. De certa forma seu povo quer esquecer todo aquele sofrimento, mas nunca desistir de seus direitos.

Descrever o meu olhar enquanto mulher quilombola, nessa conclusão é mostrar as discussões do nosso objetivo geral que é: **“Interpretar de que forma se dá a participação das mulheres nas associações quilombolas da Bahia.** Bem como, compreender a fecundação dos laços entre essas mulheres, suas vivências e a economia solidária, a partir das práticas coletivas entre elas e seu povo. Na escrita desse estudo busco entender em quais momentos da nossa história os valores tais como sonoridade, solidariedade, cooperação a ajuda mútua e o trabalho associado evidenciam com mais força. Essas práticas foram identificadas desde na construção

das casas, nos festejos religiosos, nas crenças populares das rezas e o saber popular das parteiras e nos mutirões para plantar e colher os alimentos.

Diante disso, a pesquisa intitulada como: **O ASSOCIATIVISMO NO TRABALHO SOCIAL DAS MULHERES QUILOMBOLAS**, nos trouxe alguns elementos, que agora de forma sucinta, pretendo apresentar. A pesquisa começou como pesquisa-ação, onde estava sendo construída juntamente com as mulheres quilombolas, mas que, infelizmente, devido a pandemia da covid-19, as atividades de campo foram impedidas de serem realizadas. Em consequência disso, tivemos que adaptar para revisão bibliográfica, como método de estudo. Ainda que mudando o método procurei continuar na mesma linha de pesquisa, no sentido de entender como essas mulheres se organizam e se tornam liderança na comunidade, além dos papéis de agricultora, de mãe, entre tantos outros, e como assumiram ao longo do tempo os desafios de mudar a realidade de sua vida de suas famílias e de seus Quilombos.

Buscou-se percorrer um caminho metodológico consciente ao propor etapas para a revisão bibliográfica. Essas etapas foram organizadas por temas importantes para a temática e definido no sentido de atingir os objetivos propostos na pesquisa. Nesse processo, conheci através das leituras feitas em sites, monografias, livros, artigos e entrevistas com algumas mulheres que representam os Quilombos, os processos de construção do conhecimento repassado por gerações a partir da reprodução e da oralidade. É um desafio compreender a trajetória das mulheres quilombolas e entrelaçar na busca e na luta por existir, resistir e viver.

Apesar do impedimento da pesquisa de campo neste período da pandemia, as mulheres se tornaram sujeitos participantes no processo de construção da pesquisa. Ainda que online, elas estavam sempre presentes e dispostas para uma conversa ou contribuição para a pesquisa. Fizemos um trabalho coletivo nos reconectando por meio de nossas lutas, histórias, crenças, e valores, pois concordamos após a realização do presente trabalho, que analisar, discutir e compreender o trabalho coletivo das mulheres quilombolas nos obriga a pôr os pés nas comunidades e vivenciar o seu cotidiano. As mulheres, além de desempenharem um papel muito importante na produção familiar em suas propriedades, nas roças de meia e nos “digitórios”, muitas delas vendem sua força de trabalho como assalariadas, seja no serviço público, firmas agrícolas ou trabalhos em casas de terceiros. No processo de construção teórico-metodológico, fiz uma revisão de literatura e busquei algumas reflexões sobre a participação das mulheres nas associações, a falta das políticas públicas nos quilombos, sobre a economia solidária, valores que alicerçam as práticas solidárias e a sua relação com o processo emancipação dos sujeitos.

Quando nós voltamos para as narrativas coletivas no cenário da pesquisa, concluímos que a história do surgimento dos quilombos é bastante ampla, marcada pelas lutas e resistência, pela sobrevivência, pela liberdade e pelo dinamismo e organização do seu povo.

Até hoje os quilombos se organizam e produzem seus modos de vida, o que implica em pensar na construção do conhecimento e dos que a participação social motivada pela solidariedade e o sentimento de pertencimento ao seu território foi o fio condutor de toda conquista coletiva desses quilombos.

Além disso, identificamos nas narrativas que, com o passar do tempo, as mulheres quilombolas buscam a participação social, se engajam e se organizam, tomando dimensão do associativismo, trabalhando em grupo e constituindo as Associações Comunitárias.

As associações são um elemento pelo qual se obtém diversas conquistas para as mulheres quilombolas, assim como para as Comunidades, promovendo, além do engajamento social, a emancipação política dos moradores dos quilombos e da ocupação de espaços políticos de discussão e decisão. Nesse processo de fortalecimento do associativismo entre as mulheres quilombolas identificamos que o Movimento de Organização Comunitária (MOC) sempre se apresentou como instituição orientadora e formadora no sentido de organizar e capacitar mulheres e a comunidade para o associativismo e o cooperativismo.

Outros aspectos identificados nas narrativas que marcou a história dos Quilombos na região foi o trabalho coletivo e a dimensão dos valores da autogestão. O trabalho coletivo é associado por meio de mutirões para as batatas de feijão, raspa de mandioca, coleta da palha do ariri para fazer artesanato, tapa de casas todos esses trabalhos rompem as barreiras do individualismo do trabalho remunerado. O trabalho coletivo nos quilombos se mostrou fundamental para a superação de muitos problemas que os atingiam, garantindo a produção, a construção das moradias, a reprodução de suas tradições e da religiosidade, nos mostrando que trabalhar juntos fortalece a comunidade de forma prazerosa, cheia de significado e rituais.

Realizar uma pesquisa de caráter qualitativo num período de pandemia é sem dúvida uma tarefa ainda mais complicada. À parte toda a sensibilidade necessária e a complexidade envolvida ao se trabalhar com um tema que envolve a questão quilombola e seus aspectos históricos, econômicos, culturais e de gênero, a situação de crise de saúde proporcionada pela pandemia da Covid19 acrescentou a impossibilidade de realização de uma pesquisa de campo mais densa e que abarcasse os aspectos mais íntimos e subjetivos do dia a dia das mulheres quilombolas. Foi necessária, portanto, readaptação dos processos metodológicos, dos sujeitos da pesquisa, do recorte espacial desta, ou seja, toda uma mudança de rumo que nos tirou de uma pesquisa-ação e nos levou em direção à uma pesquisa baseada na revisão de literatura. Uma solução para os empecilhos impostos pelas restrições de locomoção e impossibilidade de realização da pesquisa de campo, mas que por outro lado gerou sentimentos de desapontamento

por parte dos sujeitos envolvidos na pesquisa, principalmente por mim, no papel de pesquisadora.

Por outro lado, a presente pesquisa me proporcionou momentos prazerosos, de contato com as minhas origens, de descobertas sobre minha comunidade e sobre o seu papel na história do município de Água Fria, do papel da mulher como protagonista num ambiente historicamente hostil e machista, muitas vezes assumindo papéis e jornadas múltiplas, mas principalmente momentos de crescimento pessoal, de superação dos meus limites e dificuldades de formação escolar e de construção consciente da minha identidade de mulher preta e quilombola.

A questão quilombola, bem como a do papel da mulher na cultura, na economia e na organização social dos quilombos se mostrou uma temática rica e fértil. Mas também carente de estudos que evidenciem essas comunidades, comuns em quase todo o território brasileiro, como elementos inerentes à história desse país e o consequente aprofundamento no sentido de compreender a origem, a formação e a organização destas, compreendendo a população negra como sujeitos históricos que se firmaram na resistência à escravidão, na luta pela terra, pela garantia de seus direitos como cidadãos e pelo fim da exclusão e da inviabilização impostas historicamente.

REFERÊNCIAS

AMORIM I. G. de : **As Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Médio São Francisco. Resumo: A região do Médio São Francisco.**

BRUSCHINI Cristina, Socióloga, Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, LOMBARDI, Socióloga, Assistente de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas: **A Bipolaridade do trabalho Feminino no Brasil Contemporâneo.** Disponível em: <https://www.Scielo.br>>scielo: visto em:novembro de 21.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: **Curso de Capacitação de Identificação de Comunidades Quilombolas.** Ministrado pelo o professor Gilberto Leal em 24 e 25 de março de 2003 em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Transcrito por Itamar Gomes Amorim, Davi Silva da Costa, Gilvânia Conceição de Matos e Palmira Magaly Passos Gusmão. (Digitado).51p.

COMISSÃO PRÓ-INDIO: Observatório Terras Quilombolas, 2020. Disponível em <<https://cpisp.org.br/comissao-pro-indio-de-sao-paulo2/>>. Acesso em 17 de nov. 2019.

DELFINA, Selma dos Santos. **Mulheres Quilombolas: Territórios de Existência Negras Femininas/ Organização [de] Selma dos Santos Delfina.- São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020. 168p. ;21cm.**

FERNANDES, Saulo Luders. **Itinerários Terapêuticos e Política Pública de Saúde em uma Comunidade Quilombola do agreste de Alagoas, Brasil / Saulo Luders Fernandes; orientador Alessandro de Oliveira dos Santos.--São Paulo, 2016. Acesso em: fev; 2022**

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, Associativismo e Cooperação. 2002.** Disponível em <<https://www.unijui.tch.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em : out ; 2021

FREITAS, Gisele de e SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. **PROGRAMA LUZ PARA TODOS: UMA REPRESENTAÇÃO DA TEORIA DO PROGRAMA POR MEIO DO MODELO LÓGICO.** planejamento e políticas públicas | ppp | n. 45 | jul./dez. 2015.

GONZAGA, Alex. **Diálogo com Jovens Negros/Alex Gonzaga. - Porto Alegre: Evangraf, 2013.- 72p.**

GUÉRIN ISABELLE: **AS MULHERES e a economia solidária/Femmes et économie solidaire** Éditions La Découverte,paris, 2003. 9 bis, rue ABEL- Hovelacque, 75013

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Da antropologia e do direito impasses da questão negra no campo: **PALMARES EM REVISTA.** Nº 1, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1996. 1-13p.

Lei n. 12.424, de 16 de Junho de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: Maio 2022.

MAZZEI, Beatriz. Criticado pela ONU, o presidente da Fundação Palmares coleciona retrocessos em 2021.UOL Notícias. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/noticias/2021/04/10/criticado-pela-onu-presidente-da-fundacao-palmares-colecionaretrocessos.amp.htm>>Acesso em 10 de Nov. 2021

OLIVEIRA, J. P. Q. de. (2017), **ZUMBI DOS PALMARES: a afroresiliencia**. Revista Espaço Acadêmico, 17 (197), 102- 113. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34903>

PEREIRA, Hegair das Neves; VELLOSO, Tatiana Ribeiro; DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA, Diego. **A mulher quilombola sob uma perspectiva rural**. Eixo temático: Mulheres, Feminismos e Agroecologia. Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

PEREIRA, Isabel Santos. **Quintal Agroecológico: Em (um) Empreendimento Econômico Solidário com Mulheres Quilombolas**. Anais II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo? Feira de Santana, Bahia, campus central da UEFS, maio de 2018

RÊ, Eduardo de; Siqueira, Isabela C. V.T.; ROMUALDO, Júlia.R.; VALENTIM, João P. de F.; PAES, Leonardo G. R.A. Os direitos dos quilombolas no Brasil. **Equidade**. 29 jun.2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/direitos-dos-quilombolas-no-brasil/>. Acesso em: 28 set. 2021.

REIS, João José, **Povo Negro: Quilombos e revoltas escravas no Brasil**, São Paulo, Revista USP, 1995-1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/28362/30220>. >. visto em: 02 de fevereiro 22

SANTOS, Vitoria Carmo dos; DIAS, Acácia Batista e OLIVEIRA, Ildes Ferreira. **Mulheres Quilombolas e suas Experiências de Organização - Sítio Santana, Lamarão/Ba**. Revista Conexão UEPG. Universidade Estadual de Feira de Santana. 2018.

SILVA, Egnaldo Rocha. **Mulher, Negra e Quilombola: Sobrevivência e Cotidiano na Comunidade de Lagoa Santa, Ituberá-Ba**. GÊNERO | Niterói | v.15 | n.1 | p. 29-48 | 2.sem.2014

SILVA, Iris Vanessa de Sousa. **Mulheres de Luta: o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA através das políticas públicas sociais (2011-2015)**. Salvador: FLACSO/FPA, 2021.

SILVA, Valdélino Santos- Processo de Construção da Identidade Negra em Rio das Rãs- Mestrado de Sociologia da UFBA (concluído), Grupo de trabalho: Relações Raciais e identidade Étnica XXII AMPOCS - Caxambu - Minas Gerais,

SOUZA, Alexandre Alexandre Gomes de, **Limites da propriedade privada absoluta: luta das comunidades quilombolas Poço e Peropava pelo direito de posse no Vale do Ribeira/SP**, 2011.

SOUZA, Gracielle Cruz, **Políticas Públicas para Mulheres Quilombolas na Comunidade de Olaria em Irará/Bahia/ Gracielle Cruz.Souza-Foz do Iguaçu,2020.118f.:il**

SOUZA, Patrícia Barbosa de, ARAÚJO, Klariene Andrade, **A Mulher Quilombola: Da Invisibilidade por Novas Perspectivas sociais e Econômicas**. Disponível em: <https://publicadireito.com.br>. >. visto em: 03 de novembro 21.